



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

recenseamento
Agrícola 2009



Recenseamento Agrícola 2009

Análise dos Principais Resultados

Edição 2011



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Recenseamento Agrícola 2009

Análise dos
Principais
Resultados

Edição 2011

FICHA TÉCNICA

Título

Recenseamento Agrícola 2009 - Análise dos principais resultados

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

400 exemplares

ISSN 0870-8916

ISBN 978-989-25-0108-6

Depósito Legal nº 168230/01

Periodicidade Decenal

Preço: €14,00 (IVA incluído)



808 201 808

O INE na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2011 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

RESUMO

A publicação do Recenseamento Agrícola 2009 proporciona aos utilizadores um quadro abrangente de informação, que sintetiza as principais variações ocorridas ao nível da estrutura das explorações agrícolas e dos sistemas produtivos praticados na última década.

Acreditamos que a sua leitura possa contribuir para a promoção do debate e reflexão sobre o estado da agricultura portuguesa, particularmente no âmbito da negociação da Política Agrícola Comum (PAC) pós 2013 e da problemática do auto-abastecimento, reflexo da dependência das importações, da volatilidade dos preços dos produtos agrícolas e da escalada dos preços dos factores de produção.

A comparação dos resultados de 1999 com 2009, evidencia os seguintes aspectos principais:

- Uma em cada quatro explorações agrícolas cessou actividade, mas a superfície das explorações ainda ocupa metade do território nacional;
- As explorações de pequena dimensão continuam a predominar, mas 2/3 da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) já é gerida por explorações de dimensão superior a 50 hectares de SAU;
- Aumento da SAU por exploração em mais de 2,5 hectares, passando em média de 9,3 hectares para cerca de 12 hectares, em resultado da absorção das superfícies das pequenas explorações pelas de maior dimensão;
- O número de sociedades agrícolas (empresas agrícolas) cresceu 23% e já exploram 27% da Superfície Agrícola Utilizada;
- A paisagem agrícola alterou-se para sistemas de produção mais extensivos, com as pastagens permanentes a ocuparem praticamente metade da Superfície Agrícola Utilizada;
- Verificou-se uma acentuada redução da superfície de cereais para grão, em cerca de 244 mil hectares;
- A superfície regada decresceu 23%;
- A dimensão média das explorações com efectivos bovinos e suínos duplicou;
- O número de tractores aumentou 10%;
- A população agrícola familiar perde 443 mil indivíduos mas ainda representa 7% da população residente;
- As mulheres representam 1/3 dos produtores agrícolas e aumentam a sua importância em 8 pp.;
- A média de idades dos produtores agrícolas aumentou 4 anos.

ABSTRACT

The publication of the Agricultural Census 2009 gives users a comprehensive picture of information, which summarizes the main trends in the structure of farms and agriculture production systems in the last decade.

We believe that its reading might contribute to the promotion of the debate and reflection on the state of Portuguese agriculture, in particular in the negotiation of the CAP after 2013 and of the problems of self-sufficiency, reflection of the dependence on imports, volatility of commodity agricultural prices and the continued increase in prices of inputs.

Some of the most important findings for year 2009 comparing with 1999 are:

- One of every four farms had ceased its activity but the surface of farms still occupies half of the country;
- The small-sized farms continue to prevail but 2/3 of the Utilized Agricultural Area is now managed by farms larger than 50 hectares of utilized agricultural area;
- Increase of Utilized Agricultural Area in more than 2.5 hectares, from an average of 9.3 hectares to about 12 hectares, as a result of the absorption of the surfaces of small farms by the larger ones;
- The number of holdings as a legal entity (agricultural enterprises) grew 23% and 27% of the Utilized Agricultural Area are managed by them;
- Change of the agricultural landscape for more extensive agricultural production systems, with permanent pasture occupying almost half of the Utilized Agricultural Area;
- Enhanced surface reduction of grain cereals, in about 244 thousand hectares;
- Decrease of 23% in irrigated surface;
- Doubling the average size of cattle and pigs herds;
- Increase of 10% in the number of tractors;
- Agricultural family population loses 443 thousand persons but still represents 7% of the resident population;
- Women account for one third of farmers and increased their importance in 8 pp.;
- The average age of farmers increased by 4 years.

Salienta-se ainda que:

- As explorações agrícolas apresentam em média 15,2 mil euros de Valor de Produção Padrão Total;
- O produtor agrícola tipo é homem, tem 63 anos, apenas completou o 1º ciclo do ensino básico, tem formação agrícola exclusivamente prática e trabalha nas actividades agrícolas da exploração cerca de 22 horas por semana;
- A sementeira directa é efectuada em 4% das terras aráveis;
- 10% das terras aráveis não têm cobertura vegetal durante o Inverno;
- O enrelvamento da entrelinha é praticado por 10% das explorações com culturas permanentes;
- As explorações agrícolas nacionais representam cerca de 3% das explorações e 2% da SAU da UE;
- A dimensão das explorações agrícolas em Portugal é, em média, 5 hectares inferior à da UE.

Other results are:

- The farms produce on average 15.2 thousand euros of Total Standard Output;
- The average farmer is a male, aged 63, completed the 1st cycle of basic education, has only practical agricultural training and works exclusively in activities on the farm about 22 hours per week;
- Zero tillage is applied on 4% of arable land;
- 10% of arable land is left as bare soil during winter;
- Vegetative cover of soil on permanent crops is practiced by 10% of farms with permanent crops;
- The Portuguese farms represent about 3% of the holdings and 2% of the Utilized Agricultural Area of the EU;
- The size of farms in Portugal is on average 5 hectares smaller than in the EU.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Recenseamento Agrícola 2009 é a operação estatística mais importante e de maior dimensão realizada pelo Instituto Nacional de Estatística no domínio da agricultura e com carácter obrigatório face ao Regulamento (CE) n.º 1166/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho.

A realização do Recenseamento Agrícola assume uma importância fundamental para o desenvolvimento do nosso país, uma vez que os seus resultados ajudam a caracterizar a agricultura portuguesa, as estruturas de produção, a população rural e os modos de produção agrícola. Este conhecimento é imprescindível para a tomada de decisões de diferentes âmbitos como sejam os das políticas económicas, regionais, sociais e até empresariais. Assume-se, além disso, como a única fonte de informação agrícola exaustiva - recolhe dados sobre todas as explorações agrícolas - permitindo obter resultados a níveis geográficos muito detalhados como a Freguesia.

Este tipo de informação apresenta grande interesse para utilizadores como as empresas, as instituições de cariz regional e as de investigação científica. Acresce ainda o facto dos dados obtidos permitirem a constituição de uma base de sondagem, que permitirá a selecção de conjuntos de explorações agrícolas representativas de determinadas realidades sectoriais e que constituirão as amostras dos inquéritos a realizar nos próximos dez anos, ou seja até ao recenseamento agrícola seguinte.

A presente publicação tem como objectivo primordial a análise dos principais resultados confrontando-os, sempre que se afigura pertinente, com a operação censitária anterior (1999) e/ou com resultados regionais e locais. Pretende-se, desta forma, proporcionar aos utilizadores uma visão das principais evoluções ocorridas nas explorações agrícolas na última década bem como dar a conhecer algumas particularidades e especificidades da agricultura nacional.

A publicação "Recenseamento Agrícola 2009 - análise dos principais resultados" - está organizada em nove capítulos que abordam os seguintes temas:

1. Estrutura das explorações agrícolas
2. Utilização das terras
3. Rega
4. Efectivos animais
5. Máquinas agrícolas
6. População e mão-de-obra agrícola
7. Práticas agrícolas
8. A agricultura portuguesa no contexto europeu
9. Metodologia e organização e meios

A sua estrutura foi orientada no sentido de proporcionar ao utilizador uma abordagem intuitiva da informação estatística recorrendo-se para o efeito a análises sumárias dos diversos temas, ilustrando-as com diversos elementos gráficos como tabelas, mapas, etc.

O Instituto Nacional de Estatística expressa o seu agradecimento ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, em particular pelo trabalho desenvolvido pelas Direcções Regionais da Agricultura e Pescas e pelo Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), assim como ao Serviço Regional de Estatística dos Açores e à Direcção Regional de Estatística da Madeira, aos quais se associaram a Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura nos Açores (DRACA) e a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural na Madeira (DRADR).

A todos os que colaboraram na concepção e realização desta operação e especialmente aos agricultores pela disponibilidade manifestada na resposta ao inquérito, endereçamos o nosso agradecimento.

Espera-se que esta publicação constitua uma referência para o melhor conhecimento do sector agrícola em Portugal e encorajam-se vivamente os utilizadores para o envio de críticas e sugestões, tendo em vista a melhoria contínua da qualidade das estatísticas agrícolas.

SINAIS CONVENCIONAIS

x	-	Dado não disponível
//	-	Não aplicável
ə	-	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada

NOTA: Não foram efectuados arredondamentos, pelo que os totais podem não corresponder à soma inteira das parcelas.

SIGLAS

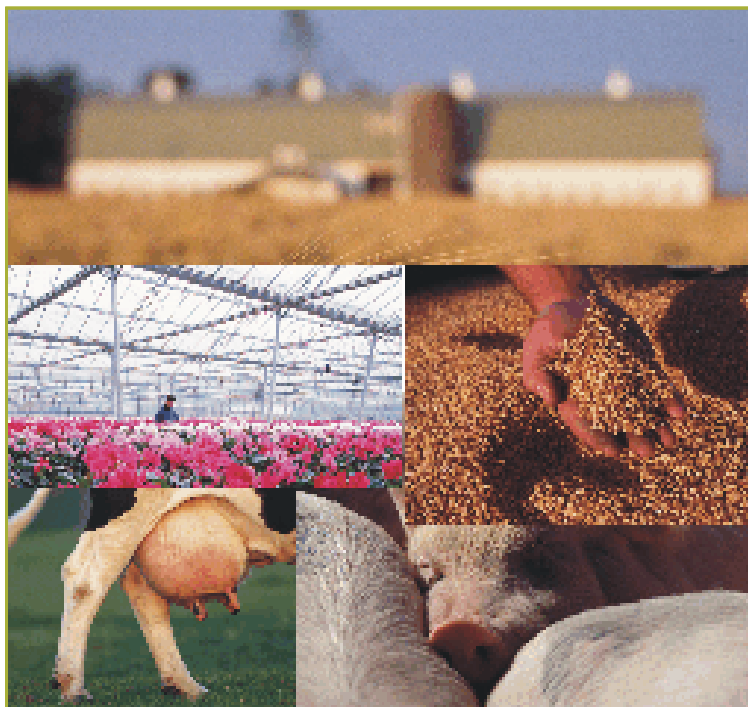
AÇOR	-	Açores
ALE	-	Alentejo
ALG	-	Algarve
árv.	-	árvore
BI	-	Beira Interior
BL	-	Beira Litoral
Cab.	-	Cabeças
CE	-	Conselho Europeu
CEE	-	Comunidade Económica Europeia
CO ₂	-	Dióxido de carbono
CN	-	Cabeça Normal
DE	-	Dimensão Económica
DEE	-	Departamento de Estatísticas Económicas
DEE/AA	-	Serviço de Estatísticas da Agricultura e do Ambiente
DGADR	-	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DOP	-	Denominação de Origem Protegida
DRACA	-	Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura
DRADR	-	Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DRAP	-	Direcção Regional de Agricultura e Pescas
DREM	-	Direcção Regional de Estatística da Madeira
DRI	-	Departamento de Recolha de Informação
EDM	-	Entre Douro e Minho
Expl.	-	Exploração agrícola
GN	-	Gestor de Núcleo
GPP	-	Gabinete de Planeamento e Políticas
ha	-	hectares
IFAP	-	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
IGP	-	Indicação Geográfica Protegida
Ind.	-	Indivíduos
INE	-	Instituto Nacional de Estatística, IP
IPRA09	-	Inquérito Piloto do Recenseamento Agrícola 2009

IVBAM	-	Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP
IVV	-	Instituto do Vinho e da Vinha, IP
kg	-	quilograma
km	-	quilómetro
m ²	-	metro quadrado
m ³	-	metro cúbico
MAD	-	Madeira
MADRP	-	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
Nº	-	número
OTE	-	Orientação Técnico-Económica
PAC	-	Política Agrícola Comum
pp.	-	Ponto percentual
RA 09	-	Recenseamento Agrícola 2009
RH	-	Recursos Humanos
RO	-	Ribatejo e Oeste
RPU	-	Regime de Pagamento Único
SAGR	-	Aplicativo de Suporte ao Sistema de Inquéritos Agrícolas do Instituto Nacional de Estatística
SANU	-	Superfície Agrícola Não Utilizada
SAU	-	Superfície Agrícola Utilizada
SREA	-	Serviço Regional de Estatística dos Açores
TIR	-	Técnico de Informação Regional
TL	-	Técnico Local
TM	-	Trás-os-Montes
TQRA09	-	Teste ao Questionário do Recenseamento Agrícola 2009
UE	-	União Europeia
UTA	-	Unidade de Trabalho Ano
VPP	-	Valor de Produção Padrão
VPPT	-	Valor de Produção Padrão Total

ÍNDICE

Resumo/Abstract	3
Nota Introdutória	5
Sinais convencionais/Siglas	6
1. Estrutura das explorações agrícolas	13
1.1. Número de explorações e superfície agrícola utilizada	13
1.2. Natureza jurídica do produtor	16
1.3. Tipologia das explorações	18
2. Utilização das terras	31
2.1. Superfície total das explorações	31
2.2. Composição da SAU	32
2.2.1. Culturas temporárias	34
2.2.2. Culturas permanentes	37
2.2.2.1. Frutos frescos	38
2.2.2.2. Citrinos	40
2.2.2.3. Frutos de casca rija	42
2.2.2.4. Vinha	44
2.2.2.5. Olival	46
2.2.3. Prados e pastagens permanentes	48
3. Rega	53
4. Efectivos animais	63
4.1. Bovinos	63
4.1.1. Instalações de bovinos	66
4.2. Suínos	69
4.2.1. Instalações de suínos	71
4.3. Ovinos	73
4.4. Caprinos	75
4.5. Equídeos	77
4.6. Aves e coelhos	78
4.6.1. Instalações de galinhas poedeiras e reprodutoras	79
4.7. Colmeias e cortiços povoados	81
5. Máquinas agrícolas	85
5.1. Tractores	85
5.2. Utilização de tractores não pertencentes à exploração	88
5.3. Outras máquinas agrícolas	89
6. População e mão-de-obra agrícola	93
6.1. População e mão-de-obra agrícola familiar	93
6.1.1. Caracterização da população agrícola familiar	93
6.1.2. Caracterização do produtor agrícola singular	96
6.1.3. Tempo de actividade agrícola	98
6.1.4. Actividade remunerada exterior à exploração	99
6.1.5. Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor	99
6.1.6. Continuidade da exploração	100
6.1.7. Perfil tipo do produtor agrícola	101
6.2. Mão-de-obra agrícola não familiar	102
6.2.1. Trabalhadores permanentes	102
6.2.2. Mão-de-obra eventual e não contratada directamente pelo produtor	104
6.3. Volume de mão-de-obra agrícola	104
6.4. Actividades não agrícolas da exploração	108

7. Práticas agrícolas	111
7.1. Conservação do solo	111
7.1.1. Mobilização do solo	111
7.1.2. Cobertura do solo das terras aráveis no Inverno	113
7.1.3. Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes	115
7.1.4. Rotação cultural	116
7.2. Elementos da paisagem	117
7.3. Fertilização	118
7.3.1. Análises ao solo	118
7.3.2. Aplicação de estrume e/ou chorume	119
7.3.3. Instalações de armazenamento de estrume e chorume	121
7.4. Resíduos, subprodutos e detritos resultantes da actividade agrícola	122
7.4.1. Resíduos agrícolas não orgânicos	123
7.4.2. Subprodutos e detritos vegetais	124
7.5. Agricultura biológica	125
7.6. Pastoreio	129
8. A agricultura portuguesa no contexto europeu	133
9. Metodologia e organização e Meios	143
9.1. Introdução	143
9.2. Objectivos	143
9.3. Organização e meios	143
9.3.1. Financiamento	145
9.3.2. Planeamento	145
9.4. Metodologia	146
9.4.1. Universo	146
9.4.2. Lista de produtores	147
9.4.3. Período de recolha	147
9.4.4. Tipo de operação estatística	147
9.4.5. Tipo de fonte de informação	147
9.4.6. Periodicidade de realização da operação	147
9.4.7. Âmbito geográfico	148
9.4.8. Período de referência	148
9.4.9. Recolha de dados	148
9.4.9.1. Recolha e registo	148
9.4.9.2. Aplicação de gestão e registo	148
9.4.10. Precisão e fiabilidade dos dados recolhidos	148
9.4.10.1. Tratamento dos dados pela cadeia de recolha	149
9.4.10.2. Coerência	149
9.4.11. Confidencialidade dos dados	149
9.5. Instrumentos de notação	150



Estrutura das explorações agrícolas

1. ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

1.1. Número de explorações e superfície agrícola utilizada

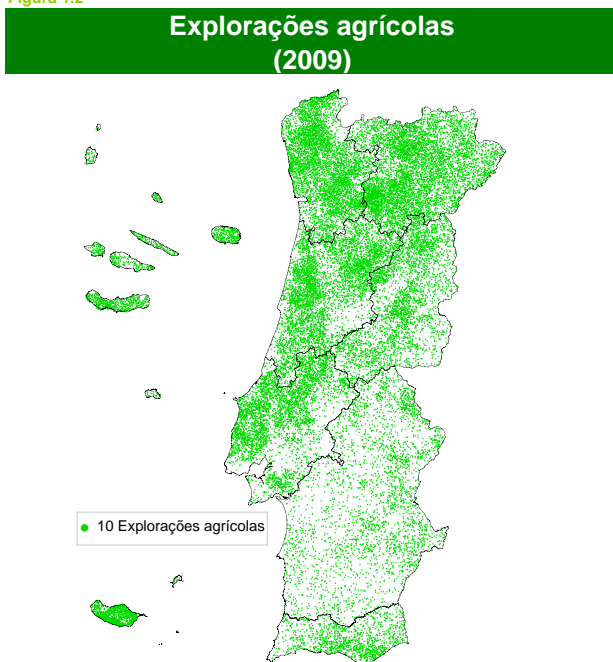
Figura 1.1

Número de explorações e SAU, por região (variação 1999-2009)						
Regiões	Explorações		SAU		Variação 1999-2009	
	Nº	(%)	(ha)	(%)	Nº Expl. (%)	SAU (%)
Portugal	305 266	100	3 668 145	100	-27	-5
Continente	278 114	91	3 542 305	97	-27	-5
EDM	49 037	16	211 154	6	-27	-2
TM	61 804	20	432 873	12	-12	-5
BL	49 424	16	125 436	3	-38	-26
BI	33 763	11	337 031	9	-30	-20
RO	39 875	13	391 006	11	-35	-13
ALE	31 828	10	1 956 508	53	-11	2
ALG	12 383	4	88 297	2	-35	-13
Açores	13 541	4	120 412	3	-30	-1
Madeira	13 611	4	5 428	0	-6	-4

Em 2009 foram recenseadas 305 mil explorações agrícolas, menos 111 mil do que em 1999, o que significa que em dez anos uma em cada quatro explorações cessou a sua actividade.

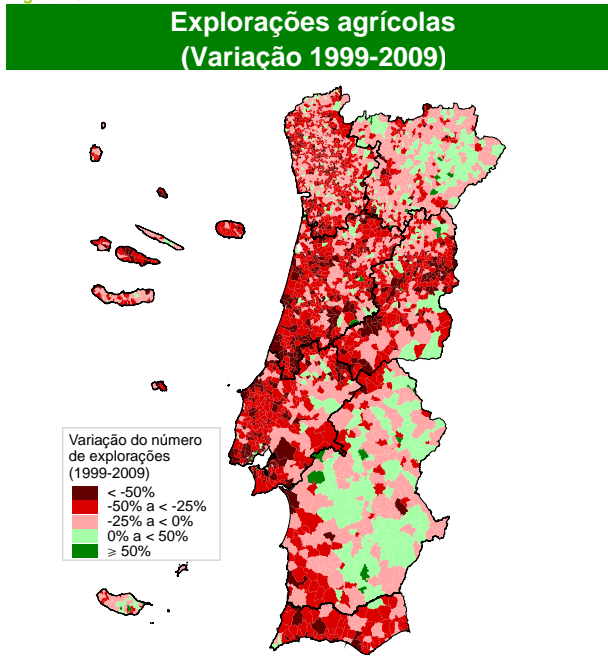
No Alentejo existem apenas 10% das explorações que, no entanto, exploram 53% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). As regiões com menor número de explorações são o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Figura 1.2



As explorações localizam-se maioritariamente em Trás-os-Montes (20%), em Entre Douro e Minho (16%) e na Beira Litoral (16%), regiões do Continente onde se concentram as explorações de menor dimensão.

Figura 1.3



A redução do número de explorações agrícolas, apesar de ser generalizada, assume maior expressão na Beira Litoral (-38%), no Ribatejo e Oeste (-35%) e no Algarve (-35%). No Continente, o abandono da actividade agrícola foi menos acentuado em Trás-os-Montes e no Alentejo.

Exploração agrícola: unidade técnico-económica que utiliza factores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

1. Produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;

2. Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
3. Estar submetida a uma gestão única;
4. Estar localizada num local bem determinado e identificável.

Superfície agrícola utilizada (SAU): constituída pelas terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.

Figura 1.4

Classes de SAU	Número de explorações e SAU, por classes de SAU (variação 1999-2009)					
	Explorações		SAU		Variação 1999-2009	
	Nº	(%)	(ha)	(%)	Nº Expl. (%)	SAU (%)
Total	305 266	100,0	3 668 145	100,0	-26,6	-5,0
< 1 ha	66 026	21,6	35 047	1,0	-40,9	-40,0
1 a < 5 ha	164 899	54,0	361 980	9,9	-23,7	-23,7
5 a < 20 ha	52 146	17,1	492 467	13,4	-20,0	-19,4
20 a < 50 ha	11 735	3,8	357 894	9,8	-10,3	-9,7
50 a < 100 ha	4 355	1,4	303 085	8,3	-0,8	0,7
100 a < 500 ha	4 982	1,6	1 097 281	29,9	6,0	5,3
500 a < 1000 ha	857	0,3	579 880	15,8	5,8	5,2
>= 1000 ha	266	0,1	440 512	12,0	-0,4	-0,3

A análise da evolução do número de explorações por classes de dimensão da SAU, revela que foram as pequenas explorações as que mais cessaram actividade. Com efeito, o desaparecimento das pequenas explorações com menos de 1 hectare de SAU atingiu os 41%, baixando para os 24% nas unidades produtivas entre 1 a 5 hectares de SAU. Em contrapartida, o número de explorações com mais de 100 hectares de SAU registou um aumento na ordem de 6%.

Apesar desta evidente reestruturação fundiária comprovada pelo aumento do número das explorações com 50 ou mais hectares de SAU, que já ocupam 2/3 da SAU, a pequena dimensão continua a predominar, uma vez que 3/4 das unidades produtivas exploram menos de 5 hectares de SAU.

Figura 1.5

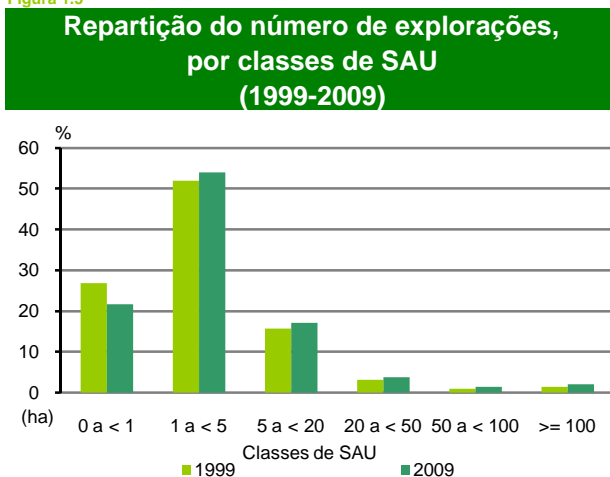


Figura 1.6

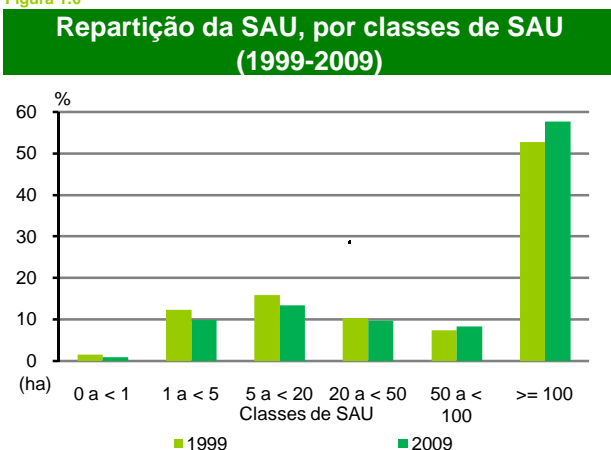
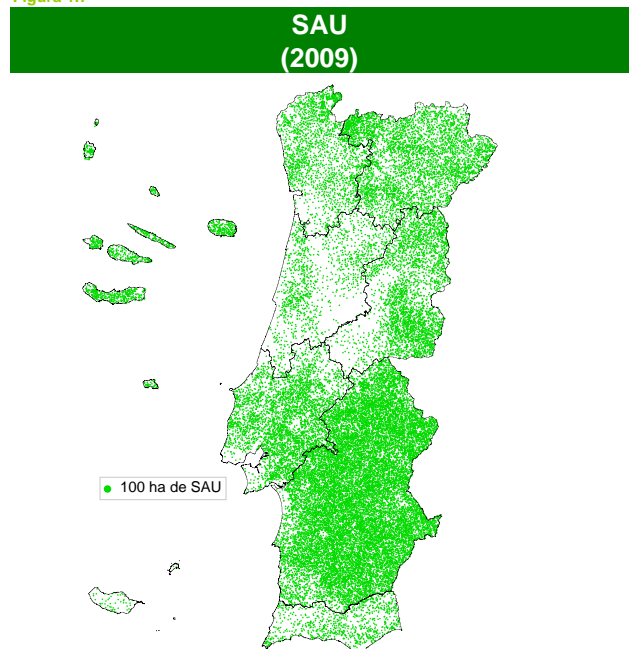


Figura 1.7



Em 2009 a SAU ocupava 3 668 mil hectares, menos 195 mil hectares do que em 1999, o que representa um decréscimo de 5%, consideravelmente inferior ao verificado no número de explorações (-27%).

Os maiores abandonos da SAU ocorreram nas regiões do Centro do país (Beira Litoral, Beira Interior e Ribatejo e Oeste) e no Algarve. Como se trata de um processo impulsionado pela combinação de factores sociais, económicos, políticos e ambientais, o abandono das terras agrícolas terá motivações diferentes em cada uma das regiões.

Figura 1.8

SAU (Variação 1999 - 2009)

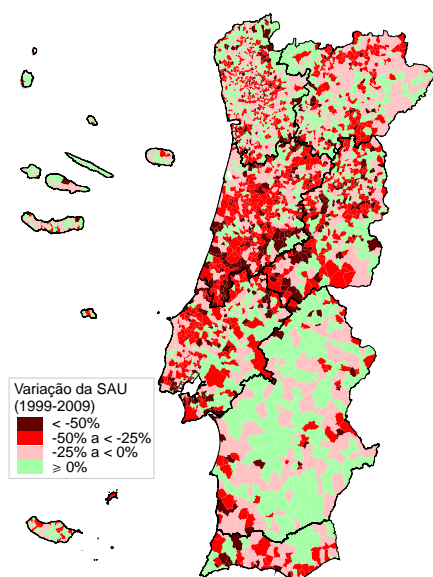
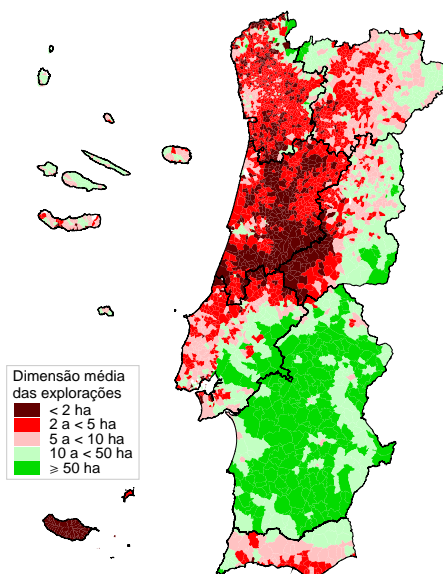


Figura 1.9

Dimensão média das explorações (2009)



A falta de viabilidade económica da agricultura em muitas áreas rurais, em particular da Beira Interior, será um forte motivo para o abandono das terras agrícolas. Normalmente reflecte-se numa emigração selectiva que leva a um desequilíbrio na composição da população, em termos de idade e de sexo. Os aspectos demográficos, como o envelhecimento dos produtores agrícolas, estão também fortemente relacionados com o abandono da SAU, assumindo particular importância no Algarve. Também a valorização das terras devido à pressão urbanística e ao desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias e equipamentos sociais, bem como a pressão do sector terciário, têm agravado no Litoral o risco de abandono da actividade agrícola.

Por outro lado, a falta de alternativas profissionais e o apego à terra, em particular nalgumas regiões do interior, podem levar à continuidade da actividade agrícola, ainda que esta não tenha grande viabilidade económica. No Alentejo, a alteração do regime de ajudas no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) implementada em 2005, que substituiu total ou parcialmente os apoios directos pelo Regime de Pagamento Único (RPU), desligando assim as ajudas da produção, contribuiu para a extensificação dos sistemas produtivos mas não levou ao abandono das terras agrícolas.

A exploração exaustiva, mas sustentada, dos recursos naturais é uma característica muito presente em todas as regiões insulares, comprovada pelo facto de nos Açores e na Madeira não se ter assistido ao abandono das terras agrícolas.

A heterogeneidade da agricultura nacional é demonstrada pela grande variabilidade da dimensão das explorações, evidenciada pelo facto de um reduzido número de explorações de grande dimensão (266), com mais de 1 000 hectares, explorar 12% da SAU. Nestas incluem-se também alguns baldios, terras comunitárias, na sua maior parte pastagens, geridas por compartes ou por comissões que têm direito ao seu uso.

Figura 1.10

Regiões	SAU média por exploração		
	1999	2009	Varição (1999-2009)
	(ha)		(%)
Portugal	9,3	12,0	29,4
Continente	9,8	12,7	30,3
EDM	3,2	4,3	34,9
TM	6,5	7,0	7,1
BL	2,1	2,5	19,3
BI	8,7	10,0	15,1
RO	7,3	9,8	34,9
ALE	53,6	61,5	14,7
ALG	5,4	7,1	32,7
Açores	6,3	8,9	41,3
Madeira	0,4	0,4	2,6

O desaparecimento acentuado das pequenas explorações, explicado em parte pela absorção das respectivas superfícies pelas explorações de maior dimensão, traduziu-se num aumento da SAU média por exploração em mais de 2,5 hectares, passando de 9,3 hectares em 1999 para cerca de 12 hectares. O aumento da superfície média das explorações em 29% resultou assim do efeito estrutural decorrente da saída das explorações de menor dimensão e da absorção das respectivas superfícies pelas explorações que se mantiveram em actividade.

A dimensão média das explorações apresenta, como é sabido, uma grande variabilidade regional, ultrapassando os 61 hectares de SAU no Alentejo, cerca de cinco vezes superior à média nacional. Por oposição, na Beira Litoral as explorações têm em média apenas 2,5 hectares de SAU, atingindo o valor mínimo de 0,4 hectares na Região Autónoma da Madeira.

1.2. Natureza jurídica do produtor

Figura 1.11

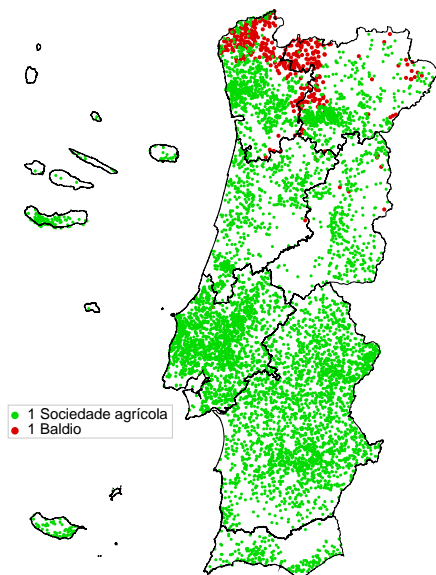
Natureza jurídica do produtor, por região (2009)									
Regiões	Produtor singular			Sociedade			Outras formas		
	Explorações	SAU		Explorações	SAU		Explorações	SAU	
		Nº	(ha)		(%)	Nº		(ha)	(%)
Portugal	297 381	2 486 926	68	6 776	991 453	27	1 109	189 766	5
Continente	270 507	2 370 995	67	6 580	986 641	28	1 027	184 669	5
EDM	47 933	125 946	60	776	10 814	5	328	74 395	35
TM	60 979	356 632	82	542	19 196	4	283	57 045	13
BL	48 761	115 686	92	585	8 704	7	78	1 046	1
BI	33 324	286 064	85	368	48 177	14	71	2 790	1
RO	38 065	233 879	60	1 698	149 581	38	112	7 546	2
ALE	29 292	1 174 571	60	2 404	740 497	38	132	41 440	2
ALG	12 153	78 218	89	207	9 672	11	23	407	0
Açores	13 360	110 658	92	133	4 730	4	48	5 023	4
Madeira	13 514	5 273	97	63	82	2	34	74	1

Os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas são esmagadoramente produtores singulares (97%), sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar.

As explorações dos Açores, em virtude da sua viabilidade económica, foram aquelas que entre 1999 e 2009 registaram os maiores ajustamentos, com a SAU média por exploração a aumentar 41%. Também em Entre Douro e Minho, no Ribatejo e Oeste e no Algarve se assistiram a reestruturações fundiárias significativas.

Figura 1.12

Natureza jurídica do produtor (2009)



As cerca de 6,8 mil sociedades agrícolas, embora pouco numerosas, exploram 27% da SAU, concentrando-se no Alentejo e no Ribatejo e Oeste onde detêm 38% da SAU regional. Foram ainda recenseadas cerca de 1,1 mil explorações, constituídas por outras naturezas jurídicas (baldios, Estado e outras entidades), que exploram no seu conjunto 5% da SAU. De referir ainda que os baldios de Entre Douro e Minho representam 34% da SAU regional e os de Trás-os-Montes cerca de 13%.

Produtor agrícola: responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Natureza jurídica do produtor: a personalidade jurídica do responsável jurídico e económico da exploração.

a) Se o produtor agrícola for uma pessoa física, é classificado como:

- **Produtor singular autónomo**, se permanente e predominantemente, utiliza a actividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excepcional ao trabalho assalariado.

- **Produtor singular empresário**, se permanente e predominantemente, utiliza a actividade de pessoal assalariado na sua exploração.

b) Se o produtor for uma entidade moral, é classificado como:

- **Sociedades**, constituídas segundo os códigos comercial e civil;

- **Outras formas**, onde se incluem:

- **Baldios**, terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, que para este efeito se designam por universo dos compartes que, segundo os costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio;

- **Estado e pessoas públicas**, se a exploração está subordinada à administração central ou local, directamente ou por intermédio de um organismo (ex.: estações agrárias, escolas agrícolas, institutos públicos, empresas públicas, administrações florestais, quartéis, prisões, etc.).

- **Outras entidades**, como as cooperativas, as associações, as fundações, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), os seminários, os conventos, os mosteiros, as escolas privadas, etc.

Figura 1.13

Natureza jurídica do produtor, por classes de SAU (variação 1999-2009)

Classes de SAU	1999			2009						Variação 1999-2009		
	Produtor singular	Sociedade	Outras formas	Produtor singular		Sociedade		Outras formas		Produtor singular	Sociedade	Outras formas
	Nº Expl.			Nº Expl.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Expl.	(%)	(%)		
Total	409 308	5 503	1 158	297 381	100	6 776	100	1 109	100	-27	23	-4
< 1 ha	110 636	1 006	160	65 329	22	590	9	107	10	-41	-41	-33
1 a < 5 ha	214 654	1 007	326	163 836	55	774	11	289	26	-24	-23	-11
5 a < 20 ha	63 812	1 151	224	50 521	17	1 434	21	191	17	-21	25	-15
20 a < 50 ha	12 244	720	124	10 478	4	1 131	17	126	11	-14	57	2
50 a < 100 ha	3 614	421	91	3 424	1	836	12	95	9	-5	99	4
>= 100 ha	4 348	1 198	233	3 793	1	2 011	30	301	27	-13	68	29

A elevada representatividade da agricultura familiar coexiste com a realidade da agricultura mais empresarial, formada pelas sociedades agrícolas que, apesar de constituírem apenas 2% do universo das explorações agrícolas, têm uma grande importância na produção agrícola nacional. Efectivamente, o facto da dimensão média das sociedades (146 hectares de SAU) ser 17 vezes superior à das unidades produtivas exploradas pelos produtores singulares (8,4 hectares) traduz bem a diferença entre estas duas realidades.

Para além deste aspecto, nos capítulos seguintes serão abordados outros relacionados com a mecanização e a mão-de-obra que comprovam a diferença de produtividade e de competitividade das sociedades, face às outras explorações agrícolas.

Entre 1999 e 2009 observa-se um aumento do número de sociedades agrícolas, mais expressivo nas explorações de maior dimensão. As outras formas de natureza jurídica aumentaram a sua importância relativa, devido ao melhor reconhecimento das áreas de baldios.

Figura 1.14

Repartição do número de explorações segundo a natureza jurídica, por classes de SAU (1999-2009)

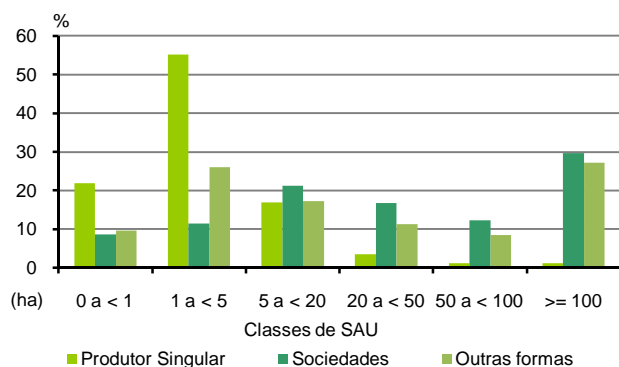
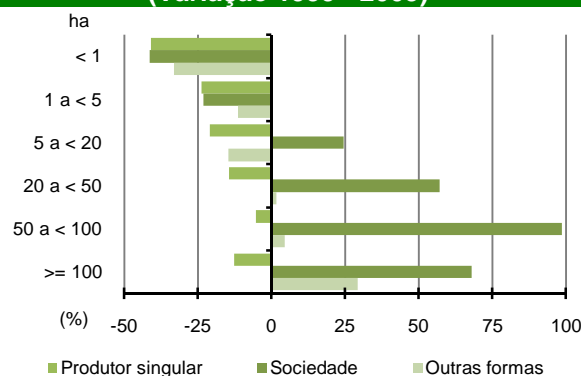


Figura 1.15

Número de explorações segundo a natureza jurídica, por classes de SAU (Variação 1999 - 2009)



1.3 Tipologia das explorações

Com o objectivo de permitir a caracterização e a comparação das diversas estruturas e sistemas de produção agrícolas da UE e dos seus resultados económicos, foi definida no Regulamento (CE) N.º 1242/2008 da Comissão uma tipologia comunitária, que classifica as explorações agrícolas em grupos homogéneos segundo a Orientação Técnico-Económica (OTE) e a Dimensão Económica (DE). Esta tipologia baseia-se no Valor da Produção Padrão (VPP), isto é, no valor monetário unitário da produção agrícola de cada actividade, que serve para o cálculo do Valor de Produção Padrão Total (VPPT) e para a determinação da respectiva DE da exploração.

A OTE de uma exploração é determinada através da avaliação do contributo que as diferentes produções agrícolas têm na formação do respectivo VPPT. Existem dois grandes grupos de explorações: as especializadas, quando mais de 2/3 do VPPT da exploração resulta exclusivamente de uma actividade (ex.: viticultura, fruticultura, bovinos de leite etc.) e as mistas ou combinadas, quando o VPPT da exploração é formado pelo contributo de várias actividades combinadas (ex.: policultura, polipecuária ou mistas de culturas e criação de gado).

A criação de grupos homogéneos de explorações baseados na OTE e na DE é assim muito útil, pois para além de permitir a comparabilidade entre as várias agriculturas comunitárias, possibilita a sistematização das principais características da agricultura nacional, composta por realidades muito distintas que a tornam complexa e de difícil caracterização.

Valor de Produção Padrão (VPP): é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos VPP cobriu o quinquénio 2005 a 2009, para o nível geográfico NUTS II.

Valor de Produção Total (VPT) ou Valor de Produção Padrão Total (VPPT) da exploração: corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada actividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efectivo) existentes dessa actividade na exploração.

Dimensão Económica (DE): é definida com base no VPPT da exploração, sendo expressa em euros.

Orientação Técnico-Económica (OTE) de uma exploração: determina-se, avaliando a contribuição de cada actividade para a soma do VP total dessa exploração, podendo distinguir-se duas fases:

1ª Fase: Calcula-se o VPPT pela valorização das superfícies das culturas agrícolas e dos efectivos animais da exploração, a partir das VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções vegetais e animais.

2ª Fase: Afecta-se a exploração a uma classe de OTE, em função do peso relativo do contributo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o VPPT.

As explorações podem assim ser agrupadas segundo as principais OTE:

OTE Especializadas em:

Culturas arvenses: explorações especializadas em cereais, oleaginosas, proteaginosas, batata, horticultura extensiva e tabaco;

Horticultura intensiva e floricultura: explorações especializadas em horticultura e floricultura intensivas de ar livre ou em estufa;

Vinha: explorações especializadas em viticultura;

Frutos frescos, casca rija e citrinos: explorações especializadas em fruticultura, frutos de casca rija e citricultura;

Olival: explorações especializadas em olivicultura;

Bovinos leite: explorações especializadas em bovinos leite ou em que esta actividade é dominante;

Bovinos para carne: explorações especializadas em bovinos carne ou em que esta actividade é dominante;

Bovinos de leite e carne: explorações especializadas em bovinos;

Ovinos, caprinos e diversos herbívoros: explorações especializadas em herbívoros que não bovinos;

Granívoros: explorações especializadas em suínos ou aves, ou granívoros combinados;

Suínos: explorações especializadas em suinicultura;

Aves: explorações especializadas em avicultura.

OTE Indiferenciadas ou combinadas:

Policultura: explorações com culturas combinadas;

Polipecuária: explorações com pecuária combinada;

Mistas de culturas e criação de gado: explorações sem nenhuma actividade dominante misturando culturas e pecuária.

As explorações podem ainda ser classificadas segundo a Dimensão Económica (DE) em:

Explorações Muito Pequenas < 8 000 euros;

Explorações Pequenas 8 000 a < 25 000 euros;

Explorações Médias 25 000 a < 100 000 euros;

Explorações Grandes >= 100 000 euros.

Figura 1.16

Número de explorações, segundo as classes de DE, por região (2009)

VPPT: 1 000 euros

Regiões	Total				Muito Pequenas (< 8 000 euros)			
	Nº	VPPT	(%)	DE/Expl	Nº	(%)	VPPT	(%)
Portugal	305 266	4 639 739	100	15,2	239 639	79	599 440	13
Continente	278 114	4 208 311	91	15,1	220 136	79	546 916	13
EDM	49 037	549 382	12	11,2	40 276	82	116 257	21
TM	61 804	378 302	8	6,1	51 955	84	125 812	33
BL	49 424	569 047	12	11,5	42 300	86	110 769	19
BI	33 763	287 544	6	8,5	27 849	82	59 587	21
RO	39 875	1 262 575	27	31,7	27 452	69	63 945	5
ALE	31 828	1 039 842	22	32,7	20 625	65	46 845	5
ALG	12 383	121 618	3	9,8	9 679	78	23 700	19
Açores	13 541	350 933	8	25,9	7 911	58	19 258	5
Madeira	13 611	80 495	2	5,9	11 592	85	33 266	41

Regiões	Pequenas (8 000 a < 25 000 euros)				Médias (25 000 a < 100 000 euros)				Grandes (> 100 000 euros)			
	Nº	(%)	VPPT	(%)	Nº	(%)	VPPT	(%)	Nº	(%)	VPPT	(%)
Portugal	37 732	12	516 846	11	19 494	6	969 822	21	8 401	3	2 553 631	55
Continente	33 721	12	462 829	11	16 801	6	826 555	20	7 456	3	2 372 012	56
EDM	5 311	11	70 603	13	2 244	5	116 539	21	1 206	2	245 982	45
TM	7 591	12	102 096	27	1 974	3	85 410	23	284	0	64 984	17
BL	4 277	9	56 043	10	1 910	4	94 829	17	937	2	307 405	54
BI	3 705	11	51 833	18	1 769	5	81 528	28	440	1	94 596	33
RO	6 244	16	88 973	7	4 067	10	202 529	16	2 112	5	907 129	72
ALE	4 755	15	68 121	7	4 135	13	212 393	20	2 313	7	712 484	69
ALG	1 838	15	25 160	21	702	6	33 327	27	164	1	39 432	32
Açores	2 254	17	32 228	9	2 483	18	133 805	38	893	7	165 642	47
Madeira	1 757	13	21 790	27	210	2	9 462	12	52	0	15 978	20

O VPPT agrícola nacional ultrapassa os 4,6 mil milhões de euros por ano, contribuindo o Alentejo e o Ribatejo e Oeste com metade deste valor. As regiões do Continente que menor participação têm na formação do VPPT nacional são o Algarve (3%) e a Beira Interior (6%).

As explorações agrícolas apresentam em média 15,2 mil euros de VPPT, evidenciando uma grande heterogeneidade regional que varia entre os 5,9 mil euros na Madeira e os 32,7 mil euros no Alentejo.

Figura 1.17

DE média das explorações (2009)

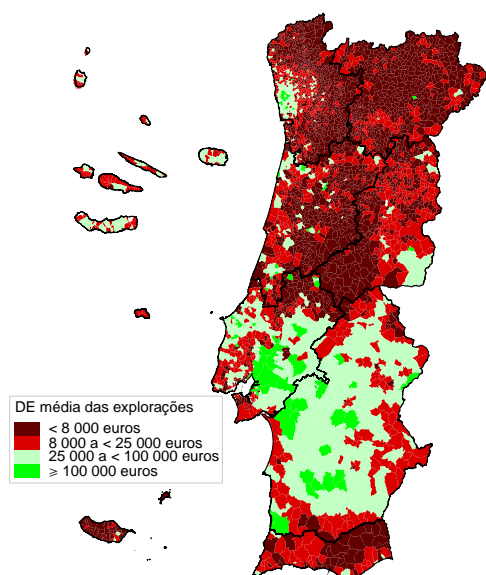
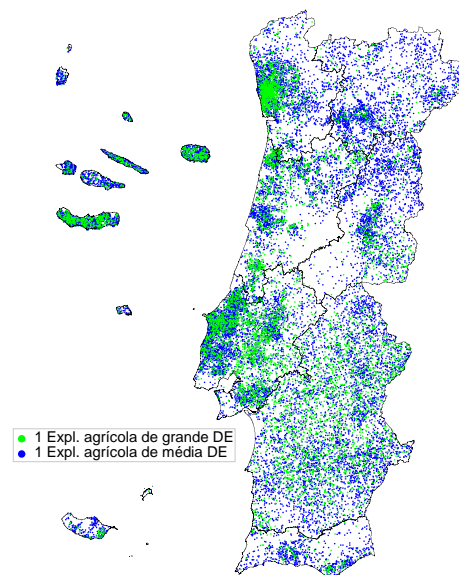


Figura 1.18

Explorações de grande e média DE (2009)



A análise das explorações segundo a DE revela que as unidades produtivas de grande dimensão (mais de 100 000 euros de VPPT), embora representem apenas 3% do universo das explorações agrícolas, originam anualmente mais de metade do VPPT agrícola nacional, apresentando um VPPT médio por exploração de 304 mil euros, 20 vezes superior ao valor médio nacional que ronda os 15,2 mil euros por exploração.

O contributo destas explorações para a formação do VPPT regional assume maior importância no Alentejo e no Ribatejo e Oeste, onde contribuem com mais de 2/3. Em contrapartida em Trás-os-Montes e na Madeira as explorações de grande dimensão concorrem para o VPPT regional com apenas 17% e 20%, respectivamente.

A grande assimetria da agricultura nacional é mais uma vez demonstrada pelo facto de mais de 3/4 das explorações serem muito pequenas, gerando em média somente 2,5 mil euros por exploração e contribuindo com apenas 13% para o VPPT agrícola nacional.

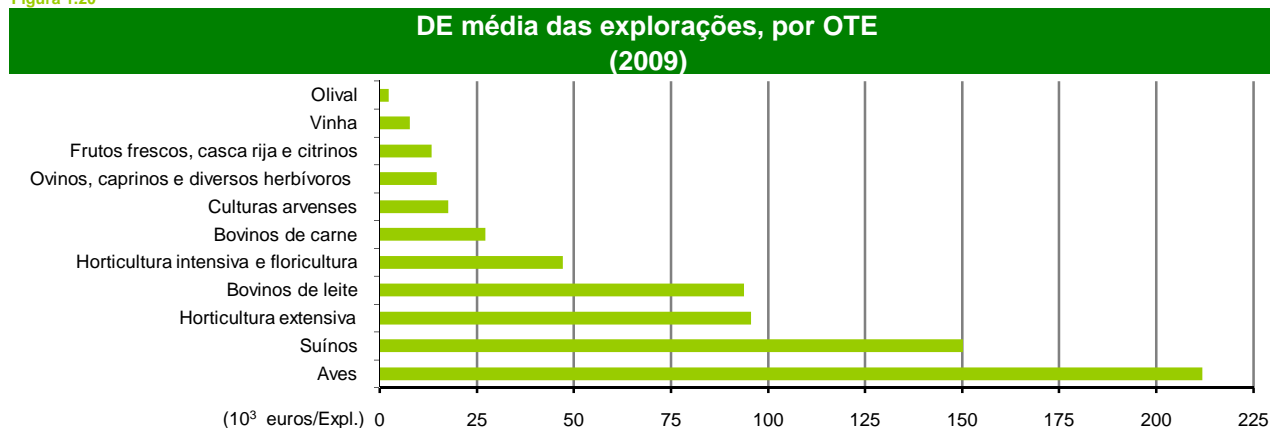
Figura 1.19

Número de explorações, VPPT e SAU, por OTE (2009)							
OTE	Explorações		VPPT			SAU	
	Nº	(%)	10 ³ Euros	(%)	10 ³ Euros/Expl.	(ha)	(%)
Total	305 266	100	4 639 739	100	15,2	3 668 145	100
Explorações especializadas	203 440	67	3 986 241	86	19,6	2 838 245	77
Culturas arvenses	28 261	9	500 259	11	17,7	547 862	15
Das quais: Horticultura extensiva	2 238	1	213 987	5	95,6	45 330	1
Horticultura intensiva e floricultura	8 789	3	415 034	9	47,2	25 889	1
Das quais: Em estufa/abrigo alto	1 541	1	140 561	3	91,2	4 566	0
Culturas permanentes	111 535	37	795 435	17	7,1	596 450	16
Das quais: Vinha	36 474	12	283 761	6	7,8	163 876	4
Frutos frescos, casca rija e citrinos	26 844	9	356 447	8	13,3	161 563	4
Olival	25 957	9	59 640	1	2,3	152 599	4
Herbívoros	47 740	16	1 564 205	34	32,8	1 634 578	45
Dos quais: Bovinos de leite	8 123	3	761 577	16	93,8	148 762	4
Bovinos de carne	16 135	5	439 216	9	27,2	849 219	23
Bovinos de leite e carne	999	0	34 529	1	34,6	20 757	1
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	22 483	7	328 882	7	14,6	615 841	17
Granívoros	7 115	2	711 307	15	100,0	33 466	1
Dos quais: Suínos	2 119	1	318 168	7	150,2	23 462	1
Aves	1 689	1	357 775	8	211,8	5 513	0
Explorações mistas ou combinadas:	99 117	32	653 497	14	6,6	806 380	22
Policultura	31 577	10	206 727	4	6,5	184 155	5
Polípecuária	16 262	5	106 140	2	6,5	121 947	3
Mistas de culturas e criação de gado	51 278	17	340 630	7	6,6	500 277	14
Explorações não classificadas	2 709	1	0	0	0,0	23 521	1

A análise das explorações segundo a OTE aponta para a especialização da agricultura portuguesa, uma vez que mais de 2/3 das explorações são especializadas, isto é, o seu VPPT provém maioritariamente de uma única actividade, contribuindo as explorações com

orientações indiferenciadas ou combinadas com apenas 14% para o VPPT nacional. As explorações especializadas apresentam em média 19,6 mil euros, o que corresponde ao triplo do valor alcançado pelas explorações com actividades mistas ou combinadas, que não vão além dos 6,6 mil euros por exploração.

Figura 1.20



Os VPPT por exploração mais elevados são gerados pelas explorações especializadas em aves (211,8 mil euros), em suínos (150,2 mil euros), bovinos leite (93,8 mil euros) e horticultura extensiva (95,6 mil euros). No entanto, certas orientações especializadas em culturas permanentes apresentam VPPT por exploração

próximos dos registados nas orientações combinadas. No caso particular das explorações especializadas em olivicultura a média do VPPT é mesmo inferior ao das explorações não especializadas, não indo além dos 2,3 mil euros.

Figura 1.21

Número de explorações, segundo a OTE, por região (2009)

OTE	Portugal		EDM		TM		BL		BI	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Total	305 266	100	49 037	100	61 804	100	49 424	100	33 763	100
Explorações especializadas	203 440	67	23 361	48	46 021	74	24 201	49	22 725	67
Culturas arvenses	28 261	9	3 988	8	4 460	7	5 291	11	1 495	4
Das quais: Horticultura extensiva	2 238	1	73	0	54	0	126	0	78	0
Horticultura intensiva e floricultura	8 789	3	1 502	3	238	0	914	2	84	0
Das quais: Em estufa/abrigo alto	1 541	1	603	1	94	0	192	0	5	0
Culturas permanentes	111 535	37	6 372	13	35 239	57	8 243	17	14 945	44
Das quais: Vinha	36 474	12	5 127	10	14 804	24	3 520	7	2 857	8
Frutos frescos, casca rija e citrinos	26 844	9	681	1	5 105	8	1 218	2	2 319	7
Olival	25 957	9	14	0	5 535	9	1 288	3	5 758	17
Herbívoros	47 740	16	10 791	22	5 607	9	6 525	13	5 712	17
Dos quais: Bovinos de leite	8 123	3	2 465	5	642	1	1 479	3	358	1
Bovinos de carne	16 135	5	5 303	11	2 022	3	1 145	2	735	2
Bovinos de leite e carne	999	0	107	0	115	0	220	0	110	0
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	22 483	7	2 916	6	2 828	5	3 681	7	4 509	13
Granívoros	7 115	2	708	1	477	1	3 228	7	489	1
Dos quais: Suínos	2 119	1	73	0	45	0	1 089	2	44	0
Aves	1 689	1	90	0	61	0	759	2	54	0
Explorações mistas ou combinadas:	99 117	32	25 584	52	15 709	25	25 130	51	10 966	32
Policultura	31 577	10	6 608	13	6 791	11	5 950	12	2 708	8
Polipequária	16 262	5	5 354	11	1 339	2	5 507	11	1 745	5
Mistas de culturas e criação de gado	51 278	17	13 622	28	7 579	12	13 673	28	6 513	19
Explorações não classificadas	2 709	1	92	0	74	0	93	0	72	0

OTE	RO		ALE		ALG		Açores		Madeira	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Total	39 875	100	31 828	100	12 383	100	13 541	100	13 611	100
Explorações especializadas	31 077	78	25 250	79	10 588	86	11 328	84	8 889	65
Culturas arvenses	5 205	13	4 026	13	375	3	1 513	11	1 908	14
Das quais: Horticultura extensiva	1 368	3	324	1	87	1	35	0	93	1
Horticultura intensiva e floricultura	2 198	6	849	3	466	4	286	2	2 252	17
Das quais: Em estufa/abrigo alto	321	1	23	0	195	2	31	0	77	1
Culturas permanentes	18 696	47	12 604	40	8 934	72	1 988	15	4 514	33
Das quais: Vinha	6 275	16	1 446	5	170	1	481	4	1 794	13
Frutos frescos, casca rija e citrinos	5 320	13	987	3	7 775	63	1 225	9	2 214	16
Olival	4 145	10	9 096	29	121	1	0	0	0	0
Herbívoros	3 830	10	7 299	23	640	5	7 225	53	111	1
Dos quais: Bovinos de leite	199	0	130	0	11	0	2 816	21	23	0
Bovinos de carne	786	2	2 403	8	136	1	3 539	26	66	0
Bovinos de leite e carne	29	0	18	0	3	0	396	3	1	0
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	2 816	7	4 748	15	490	4	474	4	21	0
Granívoros	1 148	3	472	1	173	1	316	2	104	1
Dos quais: Suínos	453	1	226	1	72	1	96	1	21	0
Aves	385	1	122	0	43	0	123	1	52	0
Explorações mistas ou combinadas:	7 606	19	5 769	18	1 753	14	1 896	14	4 704	35
Policultura	2 883	7	1 414	4	592	5	733	5	3 898	29
Polipequária	891	2	858	3	144	1	369	3	55	0
Mistas de culturas e criação de gado	3 832	10	3 497	11	1 017	8	794	6	751	6
Explorações não classificadas	1 192	3	809	3	42	0	317	2	18	0

As especificidades regionais da agricultura nacional são demonstradas pela distribuição regional das explorações pelas principais OTE. As orientações mistas ou combinadas predominam, associadas a uma

agricultura de pequena dimensão, no Entre Douro e Minho e na Beira Litoral, regiões que no seu conjunto concentram a maioria destas explorações.

Figura 1.22

Principais OTE da produção vegetal (2009)

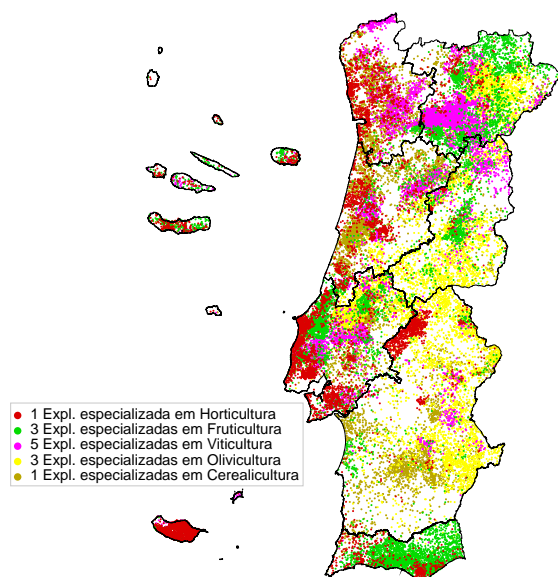
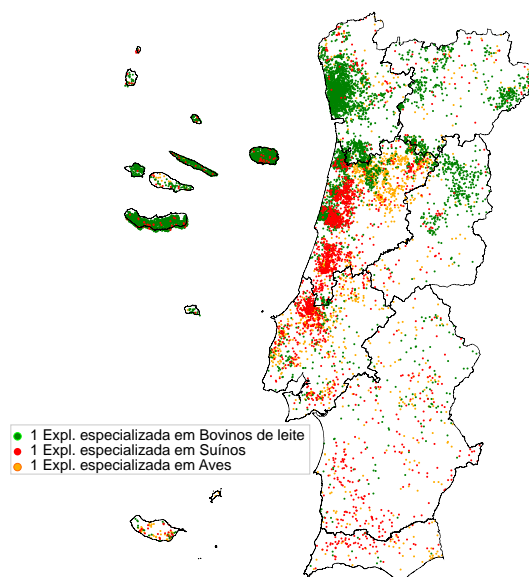


Figura 1.23

Principais OTE da produção animal (2009)



As explorações especializadas em horticultura intensiva e floricultura representam apenas 3 % mas geram 9% do VPPT nacional, assumindo maior expressão no Ribatejo e Oeste e na Madeira, onde representam 17% das explorações desta Região Autónoma.

A viticultura está fortemente implantada em Trás-os-Montes e no Ribatejo e Oeste, regiões que, juntamente com o Algarve, concentram também a maioria das explorações especializadas em fruticultura.

As explorações especializadas em olivicultura marcam também grande presença em Trás-os-Montes e no Ribatejo e Oeste mas é na Beira Interior e no Alentejo onde assumem maior representatividade.

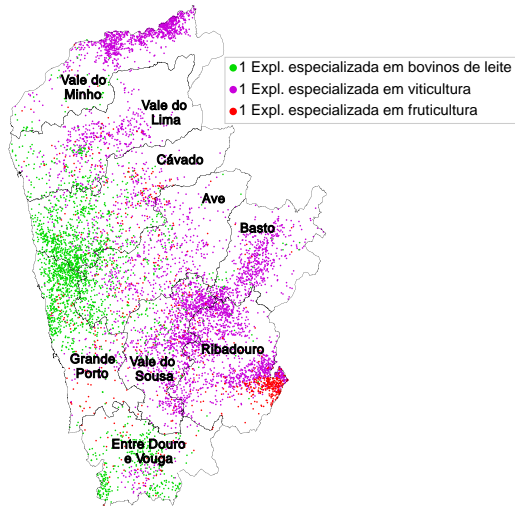
As explorações especializadas em herbívoros apresentam, com exceção do Algarve e da Madeira, importantes contributos para a formação dos VPPT regionais, concentrando-se a orientação bovinos de leite nos Açores e nas bacias leiteiras do Entre Douro e Minho e da Beira Litoral. A produção combinada de herbívoros e a especializada de pequenos ruminantes está mais dispersa, mas ainda assim destaca-se no Alentejo e na Beira Interior.

As explorações especializadas em granívoros, aves e suínos, têm alguma relevância no Ribatejo e Oeste, mas assumem maior importância na Beira Litoral, onde se localizam quase metade destas explorações.

Em Entre Douro e Minho as explorações com orientações combinadas são claramente dominantes, representando 52% do universo, seguindo-se as explorações especializadas em herbívoros (22%) e em viticultura (10%). Apesar da importância do sector leiteiro na região, as explorações especializadas em bovinos de leite apenas representam 5%. A fruticultura, embora sendo relativamente marginal na região, assume importância no Ribadouro, em particular no município de Resende, onde se concentra uma produção importante de cereja.

Figura 1.24

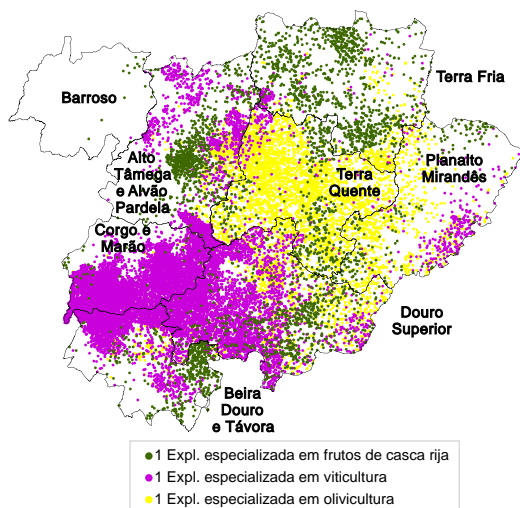
OTE de Entre Douro e Minho (2009)



Em Trás-os-Montes é notório o predomínio das explorações especializadas em culturas permanentes (57%), quer na forma mais especializada como a viticultura (24%), a fruticultura (8%) e a olivicultura (9%), quer através das respectivas produções combinadas (16%). A distribuição espacial destas especializações aponta para a concentração de viticultura na região demarcada do Douro, da olivicultura na Terra Quente, enquanto as explorações especializadas em frutos de casca rija, castanheiros e amendoieiras, se encontram mais dispersas.

Figura 1.25

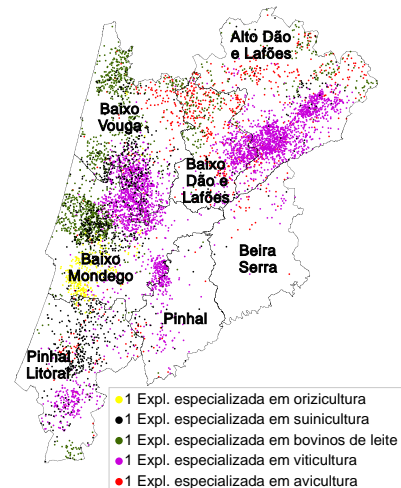
OTE de Trás-os-Montes (2009)



A região da Beira Litoral caracteriza-se pelo predomínio das explorações com orientações produtivas diversificadas (51%). No entanto, existem alguns *clusters* de especialização competitivos, que se esbatem na multiplicidade das produções combinadas, como a orizicultura no Baixo Mondego e a actividade pecuária, nomeadamente a produção de leite de vaca, de suínos e aves.

Figura 1.26

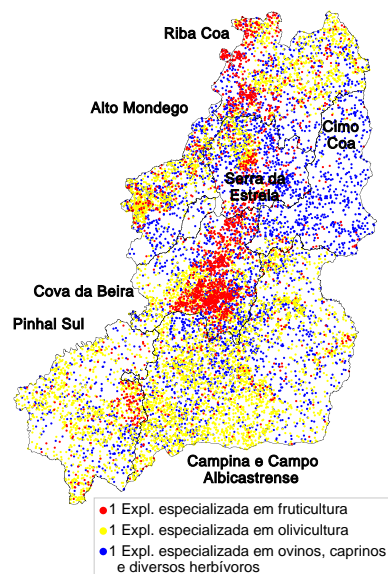
OTE da Beira Litoral (2009)



Na Beira Interior destacam-se as explorações especializadas em olivicultura (17%) e em pequenos ruminantes (13%), estas últimas concentradas sobretudo na Serra da Estrela. A fruticultura localiza-se predominantemente na Cova da Beira, onde as explorações especializadas ou combinadas com diversas culturas permanentes representam mais de 1/4.

Figura 1.27

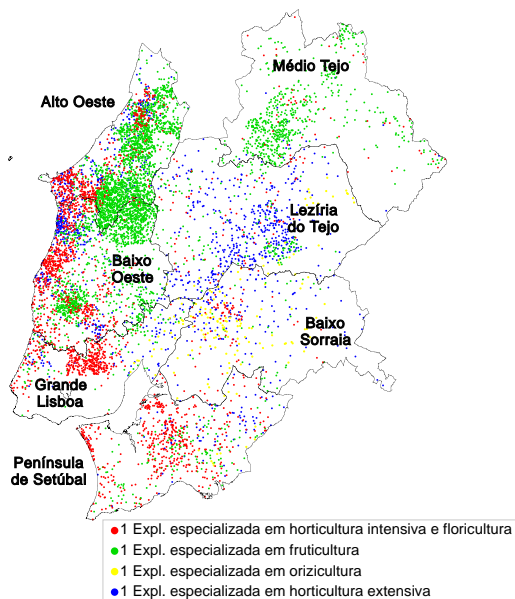
OTE da Beira Interior (2009)



A diversidade da agricultura do Ribatejo e Oeste, composta por diferentes realidades edafo-climáticas, sócio-económicas e fundiárias é corroborada pela dispersão das explorações nas várias OTE, destacando-se a horticultura, a fruticultura e a viticultura na região do Oeste e as culturas arvenses, designadamente o milho, o arroz e a horticultura extensiva na Lezíria do Tejo, região onde a viticultura e a olivicultura ainda continuam a assumir grande importância.

Figura 1.28

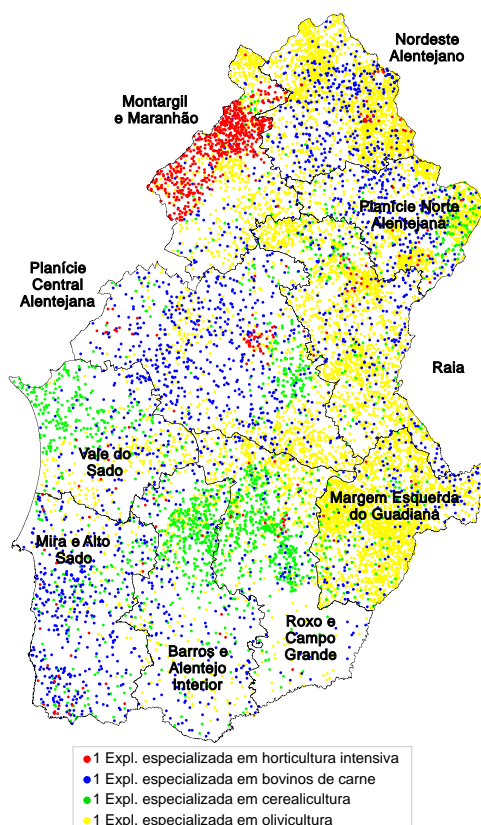
OTE do Ribatejo e Oeste (2009)



No Alentejo a orientação dominante é a olivicultura, com 29% das explorações, seguindo-se a especialização em herbívoros (23%). Os sistemas arvenses extensivos de sequeiro, indissociáveis da paisagem alentejana, são geralmente efectuados em grandes superfícies e combinados com outras produções, o que justifica o facto de apenas 5% das explorações da região serem especializadas em cereais, plantas oleaginosas e proteaginosas. A importância do sector hortícola em Odemira não é evidenciada por esta análise, uma vez que esta actividade é desenvolvida por um grupo restrito de explorações que exploram grandes áreas.

Figura 1.29

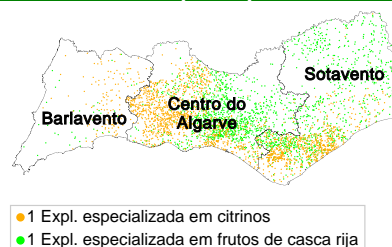
OTE do Alentejo (2009)



No Algarve 72% das explorações são especializadas em culturas permanentes, predominando a especialização em citrinos (17%), em frutos de casca rija (16%) e a produção combinada ou mista de citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija (24%).

Figura 1.30

OTE do Algarve (2009)



A observação da paisagem açoriana não deixa qualquer dúvida quando ao predomínio da especialização em herbívoros, designadamente de bovinos, representando as explorações especializadas em carne 26% e as leiteiras 21%. Na última década assistiu-se à reconversão de muitas unidades produtivas de leite para carne, sendo que a produção combinada de leite e carne não é comum, existindo apenas em 3% das explorações, o que denota a grande especialização desta actividade.

Figura 1.31



Na Madeira o peso das produções mistas ou combinadas é elevado, representando no seu conjunto 35% das explorações madeirenses. No entanto, as explorações especializadas em horticultura intensiva e floricultura (17%), e em fruticultura (16%) e viticultura (13%) detêm uma considerável representatividade na Região Autónoma.

Figura 1.32

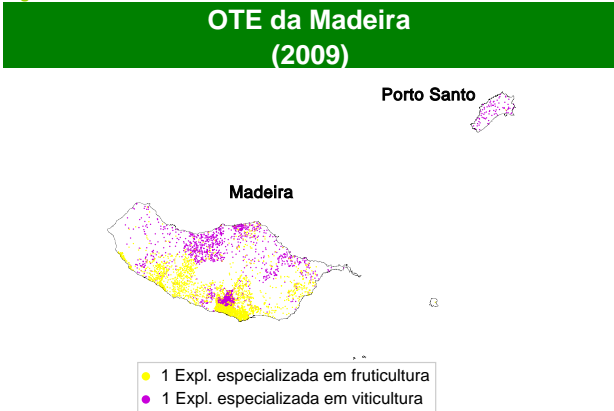


Figura 1.33

Número de explorações e VPPT, por OTE e classes de DE (2009)

OTE	Total		Muito Pequenas (< 8 000 euros)				Pequenas (8 000 a < 25 000 euros)			
	Expl.	VPPT	Expl.		VPPT		Expl.		VPPT	
	Nº	10 ³ Euros	Nº	(%)	10 ³ Euros	(%)	Nº	(%)	10 ³ Euros	(%)
Total	305 266	4 639 739	239 639	79	599 440	13	37 732	12	516 846	11
Explorações especializadas	203 440	3 986 241	148 664	73	358 559	9	29 549	15	413 388	10
Culturas arvenses	28 261	500 259	22 444	79	54 599	11	3 177	11	43 205	9
Das quais: Horticultura extensiva	2 238	213 987	618	28	2 801	1	629	28	8 697	4
Horticultura intensiva e floricultura	8 789	415 034	3 920	45	15 112	4	2 414	27	36 165	9
Das quais: Em estufa/abrigo alto	1 541	140 561	137	9	669	0	530	34	8 733	6
Culturas permanentes	111 535	795 435	94 302	85	195 510	25	11 768	11	159 145	20
Das quais: Vinha	36 474	283 761	29 517	81	74 978	26	5 069	14	68 309	24
Frutos	26 844	356 447	19 728	73	51 698	15	4 393	16	61 031	17
Olival	25 957	59 640	24 946	96	25 910	43	632	2	8 556	14
Herbívoros	47 740	1 564 205	23 116	48	82 255	5	11 725	25	168 291	11
Dos quais: Bovinos de leite	8 123	761 577	801	10	4 170	1	1 251	15	19 607	3
Bovinos de carne	16 135	439 216	7 870	49	31 911	7	4 743	29	66 159	15
Bovinos de leite e carne	999	34 529	241	24	1 374	4	472	47	6 898	20
Ovinos, caprinos e diversos	22 483	328 882	14 204	63	44 800	14	5 259	23	75 627	23
Granívoros	7 115	711 307	4 882	69	11 083	2	465	7	6 582	1
Dos quais: Suínos	2 119	318 168	1 163	55	3 100	1	285	13	4 082	1
Aves	1 689	357 775	668	40	617	0	57	3	975	0
Explorações mistas ou combinadas:	99 117	653 497	88 266	89	240 881	37	8 183	8	103 459	16
Policultura	31 577	206 727	27 553	87	73 589	36	3 137	10	40 190	19
Polipequária	16 262	106 140	14 665	90	45 013	42	1 273	8	15 408	15
Mistas de culturas e criação de gado	51 278	340 630	46 048	90	122 279	36	3 773	7	47 862	14
Explorações não classificadas	2 709	0	2 709	100	0	0	0	0	0	0

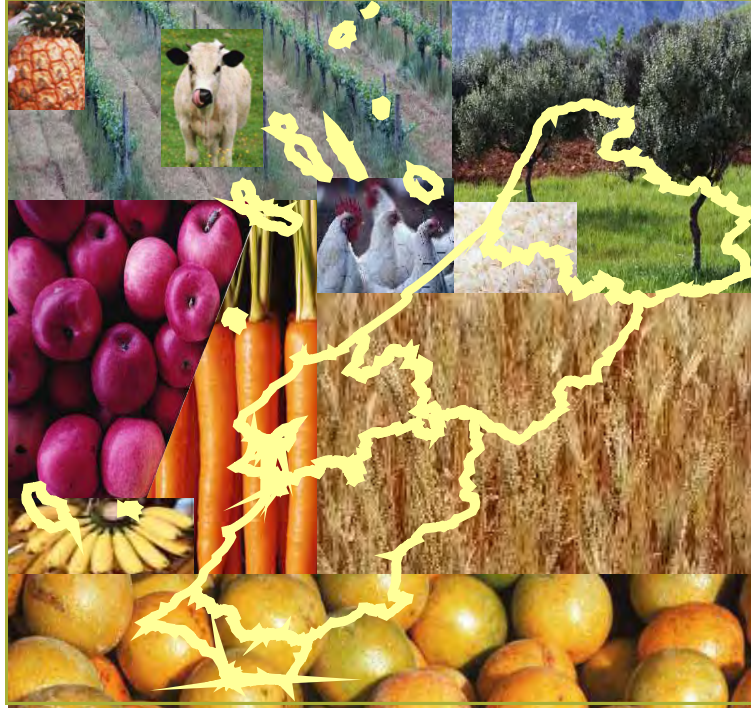
OTE	Médias (25 000 a < 100 000 euros)				Grandes (> 100 000 euros)			
	Expl.		VPPT		Expl.		VPPT	
	Nº	(%)	10 ³ Euros	(%)	Nº	(%)	10 ³ Euros	(%)
Total	19 494	6	969 822	21	8 401	3	2 553 631	55
Explorações especializadas	17 634	9	883 619	22	7 593	4	2 330 675	58
Culturas arvenses	1 707	6	85 135	17	933	3	317 321	63
Das quais: Horticultura extensiva	499	22	26 358	12	492	22	176 131	82
Horticultura intensiva e floricultura	1 786	20	87 499	21	669	8	276 259	67
Das quais: Em estufa/abrigo alto	644	42	32 427	23	230	15	98 732	70
Culturas permanentes	4 414	4	202 448	25	1 051	1	238 332	30
Das quais: Vinha	1 567	4	69 727	25	321	1	70 746	25
Frutos	2 108	8	100 999	28	615	2	142 720	40
Olival	325	1	13 922	23	54	0	11 252	19
Herbívoros	8 996	19	466 581	30	3 903	8	847 078	54
Dos quais: Bovinos de leite	3 693	45	216 068	28	2 378	29	521 732	69
Bovinos de carne	2 551	16	124 326	28	971	6	216 820	49
Bovinos de leite e carne	219	22	9 983	29	67	7	16 274	47
Ovinos, caprinos e diversos	2 533	11	116 205	35	487	2	92 251	28
Granívoros	731	10	41 956	6	1 037	15	651 686	92
Dos quais: Suínos	259	12	13 887	4	412	19	297 098	93
Aves	414	25	24 468	7	550	33	331 714	93
Explorações mistas ou combinadas:	1 860	2	86 202	13	808	1	222 955	34
Policultura	668	2	30 406	15	219	1	62 542	30
Polipequária	201	1	9 160	9	123	1	36 560	34
Mistas de culturas e criação de gado	991	2	46 636	14	466	1	123 853	36
Explorações não classificadas	0	0	0	0	0	0	0	0

A análise da classificação das explorações por DE e OTE indica que a pequena dimensão, embora presente em todas as orientações, manifesta importâncias muito distintas, sendo claramente predominante nas OTE indiferenciadas, dado que 89% das explorações com produções combinadas são muito pequenas. Nas OTE especializadas a pequena dimensão encontra maior expressão na olivicultura (96%), na viticultura (81%) e na fruticultura (73%); enquanto que na horticultura intensiva e floricultura, em especial nas culturas forçadas em estufa/abrigo alto apenas 9% das explorações apresentam um VPPT inferior a 8 mil euros.

Também nas explorações especializadas em pecuária, o peso da pequena exploração é mais reduzido, nomeadamente nos bovinos, e principalmente nos suínos e aves, produções especializadas em que 93% do VPPT é gerado pelas grandes explorações. De facto, com excepção das culturas permanentes e de algumas produções de herbívoros, a grande dimensão gera a maior parte das VPPT das OTE especializadas, sendo relativamente irrelevante o peso que a pequena produção detém nestas orientações. Em contrapartida, nas OTE combinadas ou mistas 37% do respectivo VPPT é proveniente das explorações muito pequenas.

Sabia que:

- Valpaços é o município com mais explorações agrícolas e que Évora tem a maior SAU;
- Em Castro Verde as explorações agrícolas têm em média 155 hectares e que na Ribeira Brava não vão além dos 0,3 hectares;
- Barcelos é, devido à importância do sector leiteiro, o município que gera o maior VPPT, contribuindo com 2% para o valor nacional;
- No município de Beja existem 185 sociedades agrícolas;
- Em Melgaço existem 14 baldios que ocupam 90% da SAU do município;
- Benavente, em virtude da grande dimensão das explorações e da elevada importância da orizicultura, é o município com o maior VPPT médio por exploração, 12 vezes superior à média nacional;
- 3/4 das explorações de Penacova têm produções combinadas, o que faz da agricultura deste município a menos especializada do país;
- Em Mesão Frio 98% das explorações são especializadas em viticultura;
- Praticamente 2/3 das explorações de Campo Maior são especializadas em olivicultura;
- 84% das explorações de Olhão são especializadas em citricultura;
- Metade das explorações da Póvoa do Varzim são especializadas em hortofloricultura intensiva;
- No Corvo 84% das explorações são especializadas em bovinos;
- Montemor-o-Velho é o município com a maior percentagem de explorações especializadas em suínos.



Utilização das terras

2. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

2.1. Superfície total das explorações

Figura 2.1

Composição da superfície total das explorações, por região (2009)

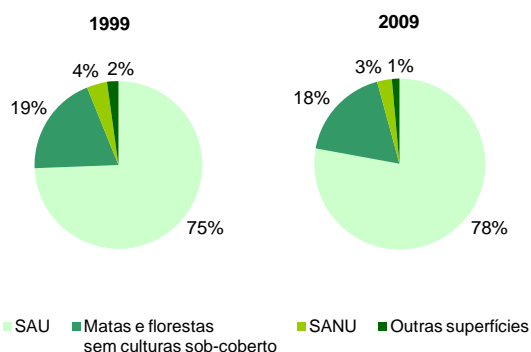
Unidade: (ha)

Regiões	SAU	Matas e florestas sem culturas sob-coberto	SANU	Outras superfícies	Superfície total
Portugal	3 668 145	842 208	127 691	71 087	4 709 131
Continente	3 542 305	837 431	125 283	66 512	4 571 531
EDM	211 154	91 139	3 543	6 920	312 756
TM	432 873	141 138	40 223	4 937	619 172
BL	125 436	87 108	5 822	3 770	222 136
BI	337 031	133 621	24 674	7 800	503 126
RO	391 006	133 716	8 331	10 169	543 222
ALE	1 956 508	204 104	14 593	30 724	2 205 930
ALG	88 297	46 605	28 096	2 191	165 189
Açores	120 412	4 015	1 794	4 242	130 463
Madeira	5 428	762	615	333	7 138

As explorações agrícolas, com uma superfície total de 4,7 milhões de hectares, ocupavam em 2009 cerca de 51% da superfície territorial do país. A SAU representa a maior fatia dessa superfície, correspondendo a 78% da superfície total das explorações, seguida pela superfície florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo (mas incluída na exploração agrícola) com cerca de 18%. A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações, entendida como a área com potencial agrícola mas sem utilização, representa apenas 3%, e as outras superfícies (edifícios, logradouros, caminhos, albufeiras, etc.) cerca de 1%. De referir que é nas explorações de menor dimensão que a SANU e as outras superfícies assumem uma maior importância, representando mais de 15% da superfície total nas explorações com menos de 1 hectare de SAU.

Figura 2.2

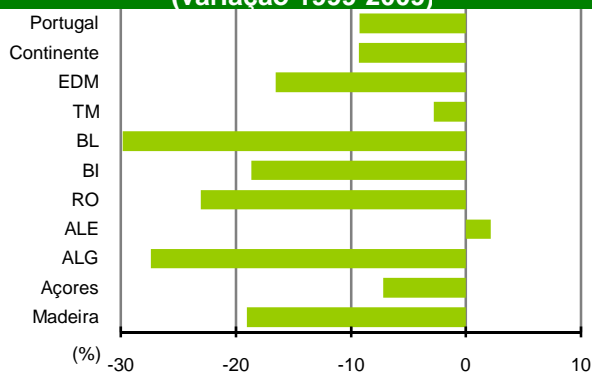
Composição da superfície total das explorações (variação 1999-2009)



Relativamente a 1999 registou-se um decréscimo de 9% na superfície total das explorações agrícolas, o que corresponde a uma diminuição de quase 480 mil hectares. Regionalmente esta diminuição assume particular significado na Beira Litoral (-30%), no Algarve (-27%) e no Ribatejo e Oeste (-23%), sendo que esta última região foi responsável por mais de 1/3 da quebra observada. Em sentido oposto, no Alentejo registou-se um aumento de mais de 47 mil hectares na superfície total das explorações agrícolas.

Figura 2.3

Superfície total das explorações (variação 1999-2009)



O aumento da superfície verificado nas explorações agrícolas no Alentejo reforçou ainda mais a posição de destaque que esta região detinha na superfície agrícola total do país.

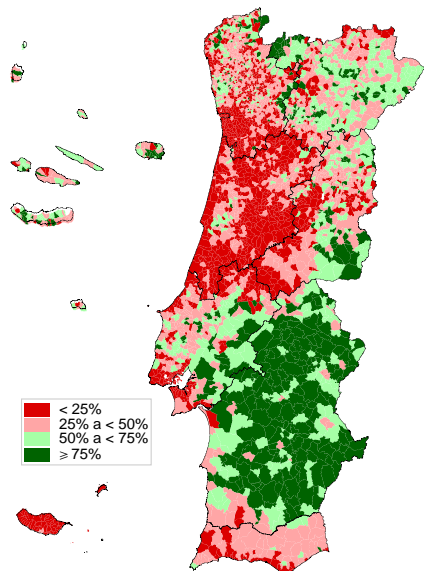
Superfície total da exploração: soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.

Superfície agrícola não utilizada (SANU): superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

Outras superfícies da exploração: áreas ocupadas por edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de protecção do ambiente ou de recreio.

Figura 2.4

Importância da superfície total das explorações na área geográfica (2009)



De facto, 81% da área geográfica do Alentejo está integrada em explorações agrícolas, representatividade muito acima da observada nas duas outras regiões onde a superfície é predominantemente agrícola: os Açores (56%) e Trás-os-Montes (50%). Em Entre Douro e Minho e no Algarve a superfície total das respectivas explorações ocupa cerca de 1/3 da área geográfica das regiões, sendo que a Beira Litoral, com apenas 19% da superfície geográfica abrangida, é a região continental em que as explorações ocupam a menor área. Na Madeira as explorações agrícolas apenas ocupam 9% da superfície da Região.

2.2. Composição da SAU

Figura 2.5

Composição da SAU, por região (2009)

Regiões	Terras aráveis			Horta familiar	Culturas permanentes		Pastagens permanentes	SAU
	Culturas temporárias	Pousio	Total		Total excepto pinheiro manso	Total		
Portugal	831 592	341 534	1 173 127	19 695	649 052	690 725	1 784 598	3 668 145
Continente	817 340	341 465	1 158 805	18 991	644 548	686 221	1 678 288	3 542 305
EDM	81 908	3 851	85 759	3 181	26 909	26 932	95 282	211 154
TM	61 031	40 585	101 615	5 030	191 405	191 614	134 614	432 873
BL	64 760	5 787	70 547	4 557	33 911	33 979	16 353	125 436
BI	81 006	18 995	100 001	2 476	73 871	74 049	160 505	337 031
RO	134 199	32 180	166 379	1 944	81 851	93 628	129 055	391 006
ALE	386 455	225 721	612 176	1 176	193 753	221 013	1 122 142	1 956 508
ALG	7 981	14 346	22 327	628	42 849	45 007	20 335	88 297
Açores	12 079	//	12 079	521	2 021	2 021	105 790	120 412
Madeira	2 173	69	2 242	183	2 482	2 482	521	5 428

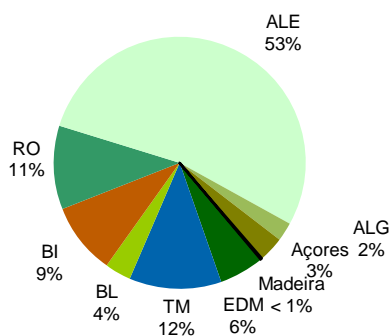
Unidade: (ha)

A SAU totalizou 3 668 mil hectares, sendo a maior fracção ocupada pelas pastagens permanentes (49%), seguindo-se as terras aráveis (32%) e as culturas permanentes (19%).

Em termos regionais, a distribuição da SAU pelo país manteve-se estruturalmente semelhante a 1999, com mais de metade da SAU nacional localizada no Alentejo (53%), seguindo-se Trás-os-Montes (12%), Ribatejo e Oeste (11%), Beira Interior (9%) e Entre Douro e Minho (6%).

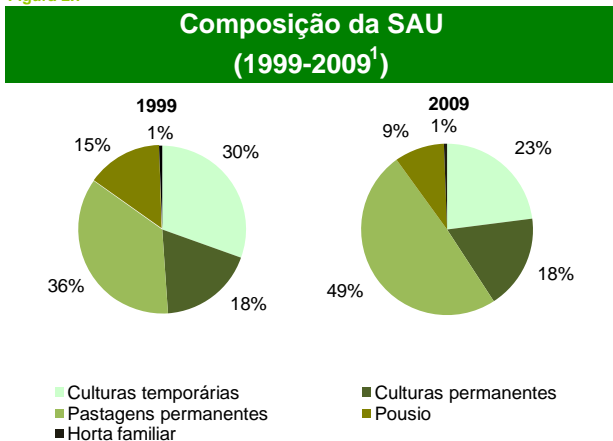
Figura 2.6

Repartição regional da SAU (2009)



Já a ocupação cultural alterou-se profundamente nos últimos dez anos, com a diminuição das terras aráveis e o aumento, em termos absolutos e relativos, das superfícies das pastagens e prados permanentes, que ocupam praticamente metade da SAU.

Figura 2.7



¹ Para permitir a comparação, a SAU de 2009 não inclui a área de pinheiros mansos

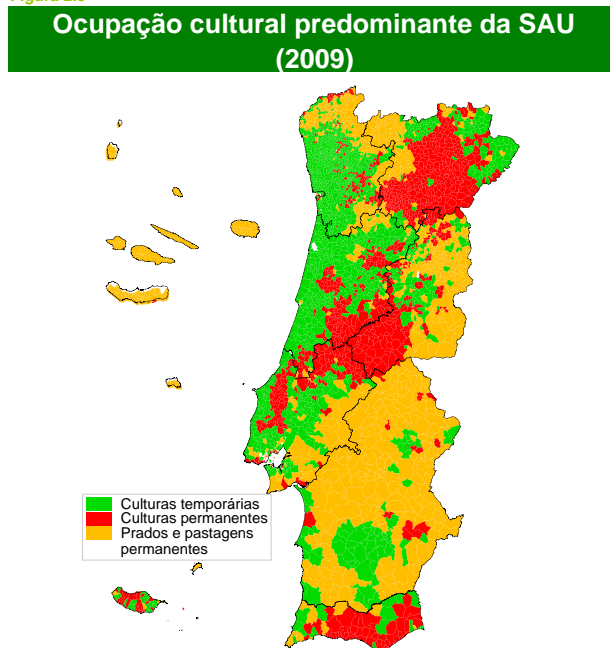
As causas mais prováveis para esta alteração, para além da volatilidade do mercado das culturas arvenses (particularmente dos cereais) e da escalada dos preços dos meios de produção ao longo da última década, prendem-se com a gradual desprotecção do mercado das culturas arvenses, e que culminou com as profundas revisões na política agrícola da União Europeia decorrentes da reforma da PAC de 2003. Esta revisão intercalar estabeleceu as regras para uma agricultura sustentável na Europa, com preocupações quer ao nível da segurança alimentar e do respeito pelo ambiente, quer ao nível da estabilização do rendimento dos produtores agrícolas, nomeadamente com o desligamento das ajudas da produção e a aplicação, a partir de 2005, do regime de pagamento único - RPU (a maioria dos subsídios passou a ser pago independentemente do volume de produção). Este regime serviu de desincentivo à exploração de terrenos pouco adequados à produção de culturas temporárias, especialmente os cereais (cultivados nesses terrenos enquanto os subsídios estiveram ligados à produção), com um claro impacto na superfície de terras aráveis, convertida, em particular no Alentejo, em pastagens e prados permanentes. Esta mudança foi ainda mais impulsionada pela promoção de políticas nacionais e comunitárias que tornaram o sector da pecuária extensiva mais atractivo que o das culturas arvenses, nomeadamente com os prémios às vacas em aleitamento, com a atribuição de novos direitos ao prémio às vacas aleitantes e com a manutenção deste prémio ligado à actividade.

Terras aráveis: constituídas pelas terras cultivadas destinadas à produção vegetal, pelas terras retiradas da produção, pelas terras que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais nos termos do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, e pelas terras ocupadas por estufas ou cobertas por estruturas fixas ou móveis.

Culturas temporárias: aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos.

Pousio: áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheita durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies.

Figura 2.8



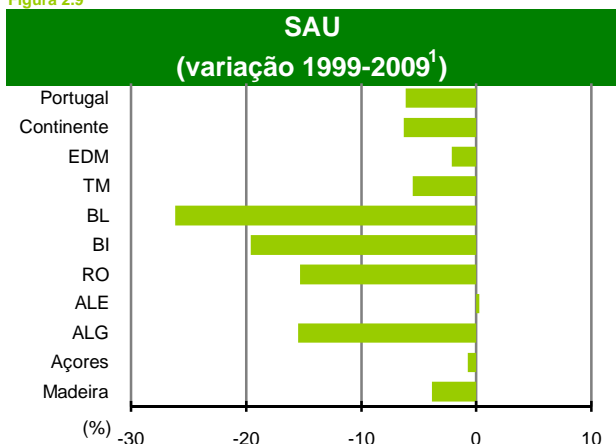
As particularidades regionais também estão bem expressas na variação da composição da SAU de região para região. Assim, e apesar de terem perdido importância em todas as regiões do Continente face a 1999, as terras aráveis continuam a assumir um papel de destaque nas explorações da Beira Litoral, ocupando 56% da SAU, no Ribatejo e Oeste (43%) e no Entre Douro e Minho (41%). Nas Regiões Autónomas as terras aráveis aumentaram a sua importância em termos relativos, ocupando actualmente 41% da SAU na Madeira e pouco mais de 10% da SAU nos Açores. As culturas permanentes dominam em Trás-os-Montes e no Algarve, ao passo que os prados e pastagens permanentes, que registaram uma grande expansão, assumem maior importância nos Açores (88%), no Alentejo (57%) e na Beira Interior (48%).

Culturas permanentes: ocupam o solo durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (excluem-se as pastagens permanentes).

Pastagens permanentes: superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Horta familiar: é a superfície (geralmente inferior a 20 ares) reservada pelo produtor para a cultura de produtos hortícolas ou frutos destinados a auto-consumo.

Figura 2.9



¹ Para permitir a comparação, a SAU de 2009 não inclui a área de pinheiros mansos

Face a 1999, a SAU (excluindo a área de pinheiros mansos) apresenta uma redução de 6%, com especial destaque para a Beira Litoral e Beira Interior, que, no seu conjunto, registaram uma quebra superior a 21%. Aliás, verificaram-se decréscimos em todas as regiões do país, excepção feita ao Alentejo, que registou um ligeiro aumento de 0,3% (+5 mil hectares).

2.2.1. Culturas temporárias

Figura 2.10

Culturas temporárias, por região
(2009)

Unidade: (ha)

Regiões	Cereais para grão		Leguminosas secas		Prados temp. e cult. forrageiras		Batata		Culturas industriais		Horticultura e floricultura		Total ¹	
	Total	Cultura principal	Total	Cultura principal	Total	Cultura principal	Total	Cultura principal	Total	Cultura principal	Total	Cultura principal	Total	Cultura principal
Portugal	345 941	340 256	13 239	12 678	494 364	386 514	18 745	17 722	24 923	24 872	49 700	48 189	948 470	831 592
Continente	345 556	339 910	13 152	12 608	473 972	376 035	17 331	16 716	24 764	24 713	47 892	46 547	923 537	817 340
EDM	28 895	27 356	1 228	1 101	104 064	48 805	2 059	1 919	22	21	2 859	2 624	139 237	81 908
TM	29 404	29 300	442	439	31 542	25 942	4 927	4 898	26	26	469	407	66 830	61 031
BL	34 150	32 902	1 674	1 458	43 600	25 021	2 923	2 665	110	109	2 891	2 537	85 425	64 760
BI	16 630	15 921	659	591	72 866	62 446	1 321	1 267	383	382	316	305	92 269	81 006
RO	57 035	55 994	944	875	43 437	39 546	5 592	5 467	1 098	1 098	31 556	31 049	139 840	134 199
ALE	177 223	176 244	8 131	8 073	174 016	169 970	347	345	23 119	23 070	8 628	8 487	391 742	386 455
ALG	2 219	2 193	73	70	4 447	4 305	162	155	6	6	1 172	1 139	8 193	7 981
Açores	297	285	87	69	20 241	10 400	507	463	41	41	599	577	22 032	12 079
Madeira	88	61	//	//	151	79	907	542	118	118	1 209	1 064	2 901	2 173

¹O total inclui outras culturas temporárias não discriminadas pelo que não corresponde à soma das parcelas

Nas superfícies submetidas a rotações predominam as utilizações do solo relacionadas com a alimentação animal. De facto, os prados temporários e culturas forrageiras, suportes de nutrição herbácea do efectivo animal, ocupam cerca de 47% da sua superfície em cultura principal. Os cereais para grão representam o segundo grupo de culturas mais importantes com cerca de 41% do total das culturas temporárias.

Figura 2.11

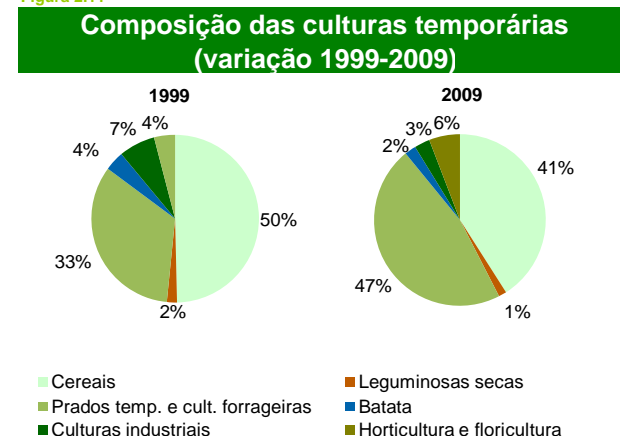
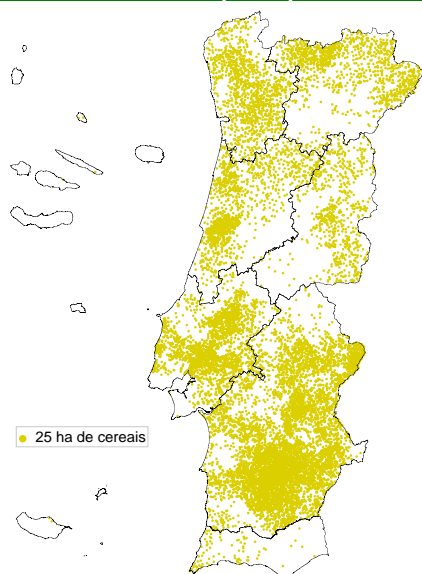


Figura 2.12

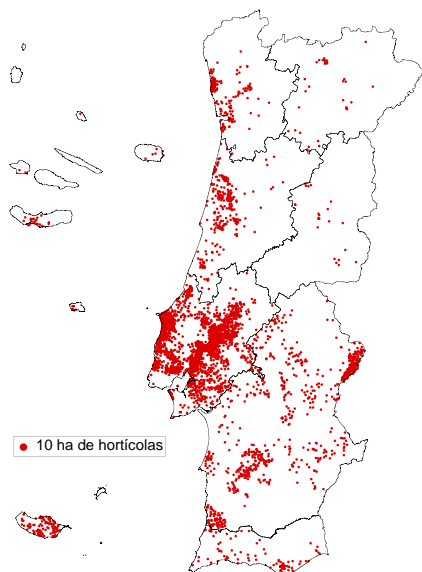
Superfície de cereais (2009)



As restantes culturas, com muito menor representatividade em termos nacionais, reflectem evidentes opções/especializações ou condicionalismos regionais, como sejam a elevadíssima concentração da produção de culturas industriais no Alentejo (93%, sendo que mais de 20 mil hectares são de girassol), a predominância do Ribatejo e Oeste na produção de culturas hortícolas e florícolas (64%), ou ainda a importância da batata produzida nas condições agro-ecológicas particulares de Trás-os-Montes (28% da área nacional de batata em cultura principal).

Figura 2.13

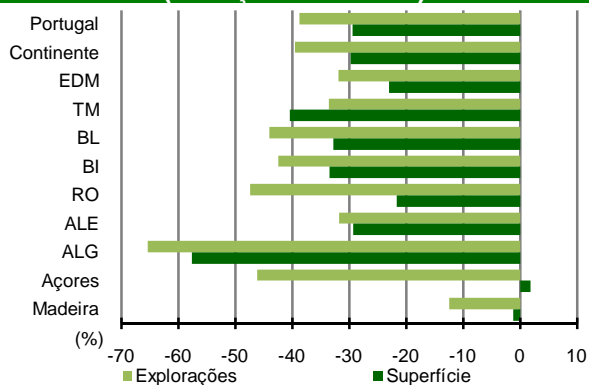
Superfície de hortícolas (2009)



Convém ainda referir que as culturas temporárias secundárias, quer sejam sucessivas (i.e., que antecedem ou sucedem, no mesmo ano agrícola, uma cultura temporária de maior rendimento económico) ou sob-coberto de permanentes (cultivadas sob-coberto de culturas permanentes), ainda são uma realidade muito presente no panorama agrícola nacional, em particular nas regiões onde predominam as explorações com reduzida dimensão de terras aráveis (Entre Douro e Minho, Beira Litoral, Açores e Madeira) e onde são realizadas maioritariamente com o intuito de rentabilizar a utilização de um recurso tão escasso como é a terra. No seu conjunto ainda representam cerca de 12% da superfície total de culturas temporárias, o que equivale a dizer que quase 117 mil hectares destas culturas são cultivados nestas condições. Este facto é bastante evidente nos prados temporários e culturas forrageiras, onde apenas pouco mais de 3/4 da área total é explorada em cultura principal, e em particular em Entre Douro e Minho e nos Açores, regiões em que mais de 40% da superfície de culturas temporárias é efectuada em cultura secundária.

Figura 2.14

Culturas temporárias (variação 1999-2009)



Cultura temporária principal: quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente duas culturas temporárias no mesmo ano agrícola, é aquela que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico.

Cultura temporária secundária sucessiva: quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente duas culturas temporárias no mesmo ano agrícola, é aquela que proporciona menor rendimento sob o ponto de vista económico.

Cultura temporária secundária sob-coberto de permanentes: cultura temporária que está sob-coberto de culturas permanentes.

Cereais para grão: cereais semeados com a intenção de obter grão após maturação completa, independentemente do destino da cultura.

Leguminosas secas para grão: leguminosas cultivadas para colheita do grão após maturação completa, quer se destinem à alimentação humana ou à alimentação animal.

Culturas forrageiras: culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao Sol ou desidratadas artificialmente.

Culturas industriais: culturas que se destinam a transformação industrial tais como o girassol, tabaco, cártamo, colza e nabita, plantas aromáticas e cana-de-açúcar, entre outras. Não inclui o tomate para a indústria, considerada cultura hortícola.

À excepção dos Açores, todas as regiões registaram, face a 1999, decréscimos na superfície de culturas temporárias em cultura principal, com especial destaque para o Algarve (-58%), Trás-os-Montes (-40%), a Beira Litoral e a Beira Interior (-33%) e o Alentejo (-29%). Em termos globais, registou-se um decréscimo de mais de 345 mil hectares, o que representa uma quebra de 29%. Este declínio foi particularmente visível nos cereais para grão, com uma perda superior a 243 mil hectares (-42%), e nas culturas industriais, que viram a sua área

reduzida em quase 49 mil hectares (-66%). No Alentejo, região que actualmente cultiva mais de metade da área de cereais e a quase totalidade da área de culturas industriais do país, as reduções foram muito expressivas: perda de 145 mil hectares de cereais para grão em cultura principal (-45%), e redução de 43 mil hectares de culturas industriais (-65%), essencialmente de girassol (-26 mil hectares) e linho oleaginoso (-15 mil hectares), cultura que deixou de ter qualquer significado.

Figura 2.15

Superfície de cereais e culturas industriais no Alentejo (1999)

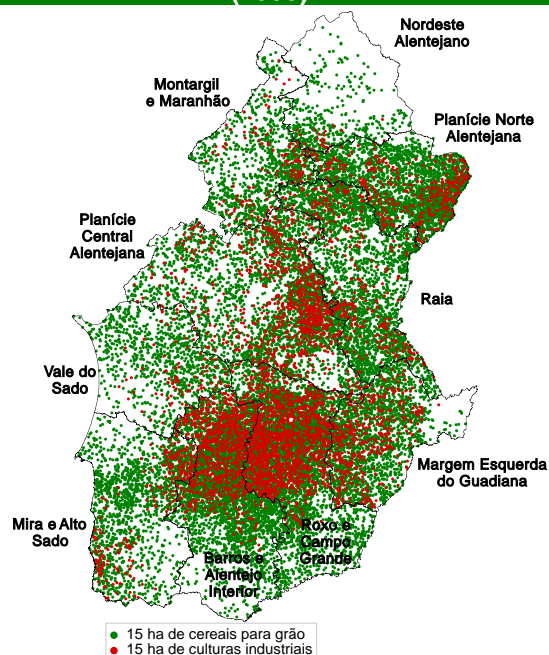
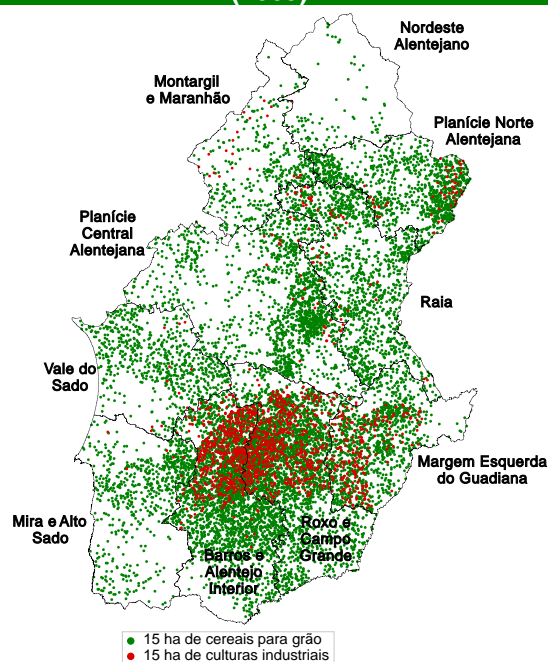


Figura 2.16

Superfície de cereais e culturas industriais no Alentejo (2009)



A batata também registou uma acentuada quebra, com menos 27 mil hectares (-60%) em cultura principal, principalmente em Trás-os-Montes, principal região produtora desta cultura em 1999 (12,7 mil hectares) e que actualmente não chega aos 5 mil hectares, abaixo da área observada no Ribatejo e Oeste (5,5 mil hectares

de batata em cultura principal). A cultura da batata tem, ao longo dos últimos anos, registado grandes dificuldades de escoamento da produção, estando constantemente sujeita a uma forte pressão externa devido aos preços altamente concorrenciais, o que a tem tornado menos atractiva para os agricultores portugueses.

Figura 2.17

Superfície de batata em Trás-os-Montes (1999)

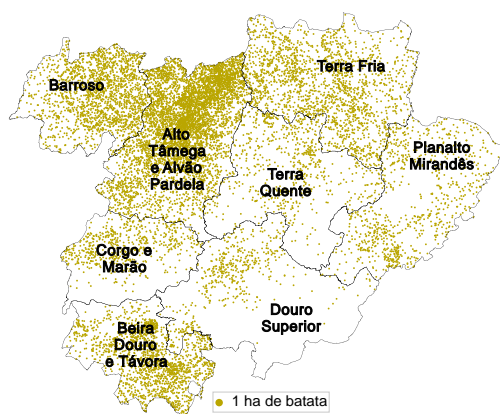
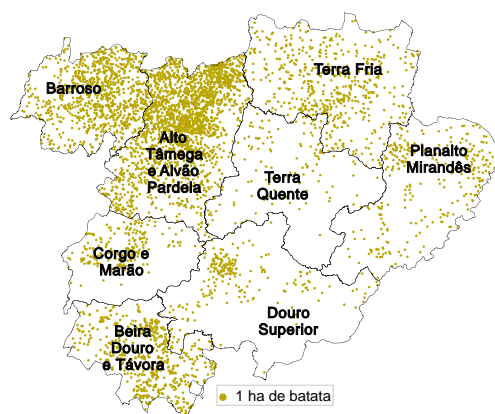


Figura 2.18

Superfície de batata em Trás-os-Montes (2009)



É de notar que, nestes produtos agrícolas básicos (cereais, culturas industriais e batata), a diminuição da área cultivada conduziu a um decréscimo preocupante do grau de auto-aprovisionamento, afastando-nos da segurança que o abastecimento interno proporciona.

Em contrapartida, as culturas hortícolas e florícolas praticamente mantiveram a área existente em 1999, fruto essencialmente do aumento registado na horticultura no Ribatejo e Oeste (+2,6 mil hectares em cultura principal), crescimento sustentado pelo reconhecimento e desenvolvimento dos factores de competitividade da região para a produção destas culturas e pela criação de sinergias entre as diversas entidades relacionadas com o sector (produtores individuais, empresas e entidades de carácter científico e tecnológico).

O elevado grau de profissionalismo e empreendedorismo observado neste sector é pois uma realidade que se tem tornado bastante visível, principalmente nas duas principais regiões produtoras: 33% da área destas culturas já é explorada por empresas agrícolas (no Ribatejo e Oeste atinge os 35% e no Alentejo os 47%); a dimensão média hortícola e florícola explorada por essas sociedades ronda os 26,1 hectares no Ribatejo e Oeste e os 32 hectares no Alentejo, valores incomparavelmente superiores aos registados no resto do país (3,3 hectares de dimensão média para as sociedades nas restantes regiões).

2.2.2. Culturas permanentes

Figura 2.19

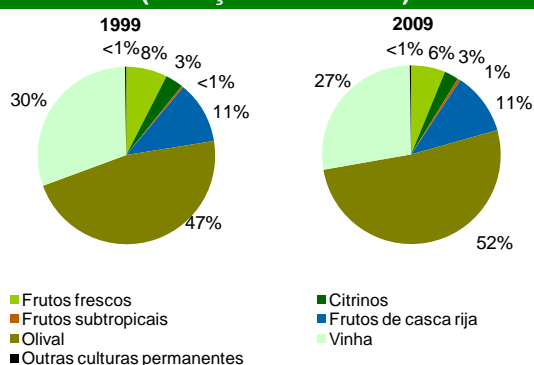
Culturas permanentes, por região (2009)

Regiões	Frutos frescos		Citrinos		Frutos subtropicais		Frutos de casca rija		Olival		Vinha		Outras culturas		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Portugal	39 915	100	16 930	100	3 048	100	115 150	100	335 841	100	177 831	100	2 010	100	690 725	100
Continente	39 534	99	16 389	97	1 764	58	114 980	100	335 841	100	175 773	99	1 940	96	686 221	99
EDM	1 653	4	451	3	1 161	38	982	1	881	0	21 708	12	95	5	26 932	4
TM	7 746	19	472	3	8	0	46 920	41	75 266	22	60 907	34	296	15	191 614	28
BL	1 913	5	307	2	316	10	890	1	14 341	4	15 467	9	744	37	33 979	5
BI	5 971	15	248	1	4	0	4 319	4	47 336	14	16 076	9	95	5	74 049	11
RO	16 562	41	1 525	9	8	0	12 295	11	25 540	8	37 220	21	477	24	93 628	14
ALE	2 364	6	1 852	11	10	0	29 528	26	164 078	49	22 998	13	182	9	221 013	32
ALG	3 325	8	11 533	68	257	8	20 046	17	8 399	3	1 396	1	51	3	45 007	7
Açores	103	0	441	3	435	14	66	0	//	//	926	1	50	3	2 021	0
Madeira	278	1	100	1	849	28	104	0	//	//	1 131	1	20	1	2 482	0

As culturas permanentes encontram-se organizadas em frutos frescos, citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rija, olival e vinha. O olival e a vinha representam quase 3/4 do total das culturas permanentes, apresentando particular importância nas regiões do Entre Douro e Minho (84%, quase exclusivamente de vinha), na Beira Litoral (88%), na Beira Interior (86%) e no Alentejo (85%). De referir que estas culturas mediterrânicas continuam a ser uma realidade bem presente nas explorações agrícolas nacionais: 43% das explorações agrícolas têm olival e 51% têm vinha.

Figura 2.20

Composição das culturas permanentes (variação 1999-2009¹)



¹ Para permitir a comparação, a área de culturas permanentes de 2009 não inclui a área de pinheiros mansos

A superfície de frutos frescos está concentrada no Ribatejo e Oeste (41%), os citrinos no Algarve (68%) e os frutos de casca rija em Trás-os-Montes (41% da superfície). Cerca de 2/3 da superfície dos frutos subtropicais localiza-se em Entre Douro e Minho (quase exclusivamente kiwis) e na Madeira, sendo que quase metade da superfície de olival encontra-se localizada no Alentejo.

2.2.2.1. Frutos frescos

Figura 2.22

Pomares de frutos frescos, por região (2009)

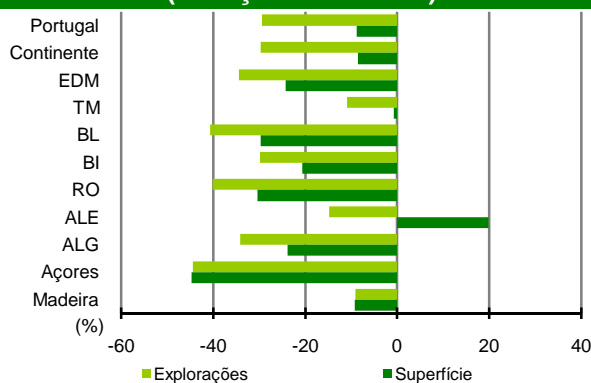
Regiões	Macieiras		Pereiras		Pessequeiros		Cerejeiras		Outros		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Portugal	12 305	100	10 750	100	3 705	100	5 409	100	7 747	100	39 915	100
Continente	12 150	99	10 715	100	3 697	100	5 352	99	7 621	98	39 534	99
EDM	341	3	93	1	78	2	1 018	19	124	2	1 653	4
TM	4 645	38	344	3	293	8	1 948	36	516	7	7 746	19
BL	1 256	10	314	3	131	4	65	1	147	2	1 913	5
BI	1 320	11	345	3	1 461	39	2 191	41	654	8	5 971	15
RO	4 275	35	9 407	88	1 039	28	54	1	1 787	23	16 562	41
ALE	302	2	190	2	544	15	71	1	1 257	16	2 364	6
ALG	11	0	22	0	151	4	5	0	3 137	40	3 325	8
Açores	59	0	14	0	5	0	//	//	25	0	103	0
Madeira	96	1	20	0	4	0	58	1	101	1	278	1

Os pomares de frutos frescos distribuem-se por 41,5 mil explorações e ocupam uma superfície cerca de 40 mil hectares, dos quais 41% no Ribatejo e Oeste, 19% em Trás-os-Montes e 15% na Beira Interior. A área de macieira, que representa quase 1/3 do total dos frutos

Na última década assistiu-se a um decréscimo de 9% (-63 mil hectares) na superfície ocupada com culturas permanentes, quebra esta particularmente influenciada pelo significativo decréscimo dos citrinos (-28%), dos frutos frescos (-24%), da vinha (-17%) e dos frutos de casca rija (-9%). Apenas se registaram aumentos na área dos frutos subtropicais (+17%), em particular nas regiões do Entre Douro e Minho e da Beira Litoral, tendo a área de olival estabilizado praticamente nos níveis observados há dez anos (+0,2%), com o declínio acentuado na Beira Interior e Ribatejo e Oeste a ser compensado pelos novos olivais do Alentejo e de Trás-os-Montes.

Figura 2.21

Culturas permanentes (variação 1999-2009¹)

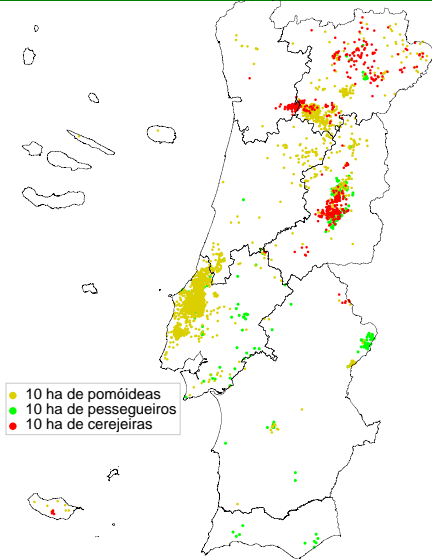


¹ Para permitir a comparação, em 2009 não foi incluída a superfície de pinheiros mansos, nem se consideraram as explorações com pinheiros mansos como única cultura permanente

frescos, localiza-se maioritariamente em Trás-os-Montes (38%) e no Ribatejo e Oeste (35%), sendo que é também nesta última região que se concentra 88% da superfície dos pomares de pereiras. A Beira Interior é a região onde se localizam as maiores áreas de pessegueiros (39%) e cerejeiras (41%).

Figura 2.23

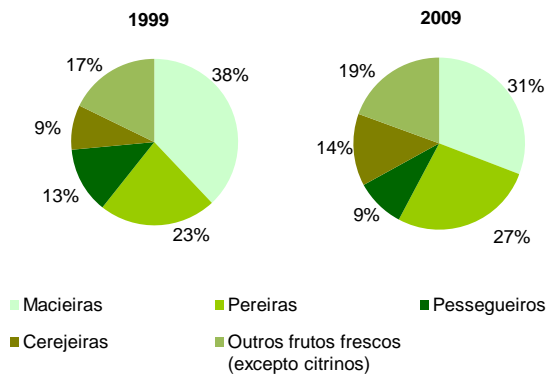
Superfície de pomóideas, pessegueiros e cerejeiras (2009)



● 10 ha de pomóideas
● 10 ha de pessegueiros
● 10 ha de cerejeiras

Figura 2.24

Composição dos pomares de frutos frescos (variação 1999-2009)

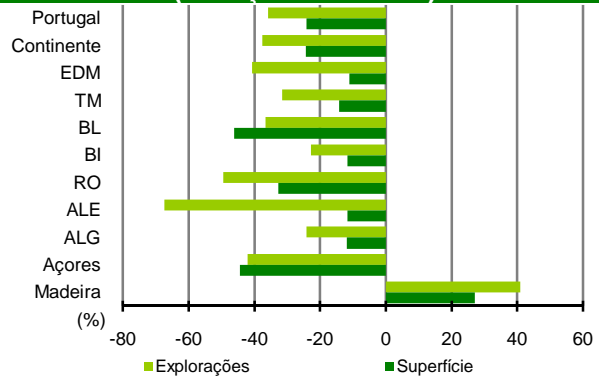


■ Macieiras ■ Pereiras ■ Pessegueiros
■ Cerejeiras ■ Outros frutos frescos (excepto citrinos)

O número de explorações com frutos frescos registou, face a 1999, um decréscimo considerável (-36%), que também se reflectiu na superfície ocupada, embora de uma forma menos marcada (-24%). Os pomares de cerejeiras foram os únicos que contrariaram esta tendência, tendo aumentado a área nacional em cerca de 800 hectares (+17%), particularmente em Entre Douro e Minho, responsável por cerca de metade deste aumento (passando a deter quase 1/5 da superfície total de cerejeiras), em Trás-os-Montes e na Beira Interior. Em sentido oposto destacam-se os pessegueiros, com uma quebra de 45% da área, e as macieiras, com menos 7,7 mil hectares.

Figura 2.25

Pomares de frutos frescos (variação 1999-2009)



Em termos regionais, o Ribatejo e Oeste continua a ser a principal região produtora de frutos frescos, isto apesar da sua área ter recuado mais de 8 mil hectares na última década. As quebras nesta região foram particularmente notadas nas macieiras (-45%), tendo inclusivamente perdido para Trás-os-Montes a primazia na produção desta espécie. Situação semelhante também ocorreu com os pessegueiros: a perda de quase 2/3 da área face a 1999 colocou-a como a segunda região produtora, atrás da Beira Interior. O elevado grau de profissionalismo do sector da produção da pêra, bem como o dinamismo das associações ligadas a esta fileira (especialmente na componente da comercialização), permitiu manter esta espécie como o principal fruto fresco produzido na região do Ribatejo e Oeste, ainda que se tenha assistido a uma redução de 8% na superfície e de 46% nas explorações (com a dimensão média dos pomares de pêra nesta região a aumentar dos 1,2 hectares em 1999 para os 2 hectares em 2009).

Figura 2.26

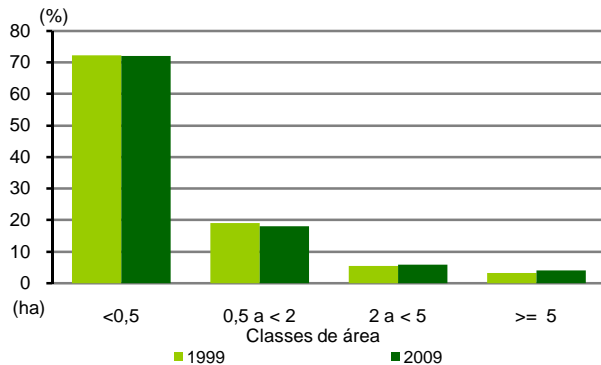
Dimensão média dos pomares de frutos frescos (variação 1999-2009)

Regiões	Dimensão média		
	1999	2009	Varição (1999-2009)
	(ha)		(%)
Portugal	0,8	1,0	18
Continente	0,9	1,0	21
EDM	0,4	0,5	50
TM	0,6	0,8	25
BL	0,5	0,4	-15
BI	1,0	1,1	14
RO	1,5	2,1	33
ALE	0,8	2,2	171
ALG	0,4	0,5	16
Açores	0,1	0,1	-4
Madeira	0,2	0,1	-10

A dimensão média nacional dos pomares de frutos frescos aumentou dos 0,8 hectares em 1999 para 1,0 hectare em 2009. O Ribatejo e Oeste e o Alentejo são as regiões que mais claramente contribuem para esta situação, apresentando dimensões médias superiores ao dobro da média nacional.

Figura 2.27

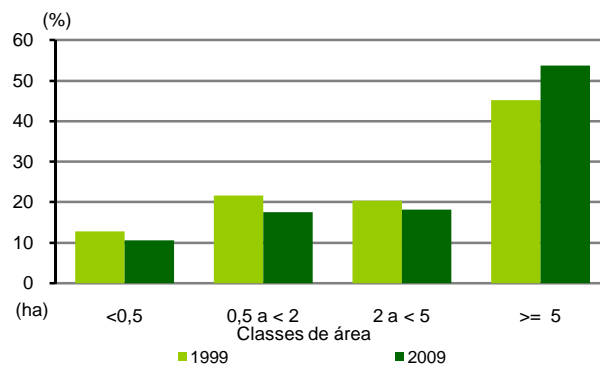
Explorações com pomar de frutos frescos, por classes de dimensão (variação 1999-2009)



Todavia o aumento da dimensão média nacional não se fez à custa da perda de importância relativa dos pomares de reduzidas dimensões (com área inferior a 0,5 hectares), que continuam a representar mais de 70% das explorações com pomares de frutos frescos, mas apenas pela permanência e/ou instalação de pomares de grande dimensão.

Figura 2.28

Área de pomar de frutos frescos, por classes de dimensão (variação 1999-2009)



De facto, apesar do peso do número de explorações com área de frutos frescos superior a 5 hectares ter aumentado apenas 1pp. (3,1% em 1999 para os 4,1% em 2009), a área de pomar dessas explorações passou a representar 54% da área total de frutos frescos, quando em 1999 apenas representava 45%. No Ribatejo e Oeste este redimensionamento ainda é mais evidente: em 1999, 7% das explorações tinham pomares com mais de 5 hectares, que representavam 53% da superfície de frutos frescos; em 2009, o número de explorações subiu para 10% e a superfície para 63%.

2.2.2.2. Citrinos

Figura 2.29

Pomares de citrinos, por região (2009)

Regiões	Laranjeiras		Tangerineiras		Limoeiros		Outros		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Portugal	14 009	100	2 031	100	706	100	184	100	16 930	100
Continente	13 631	97	1 972	97	617	87	169	92	16 389	97
EDM	314	2	59	3	74	10	5	3	451	3
TM	441	3	15	1	14	2	1	1	472	3
BL	261	2	19	1	22	3	5	3	307	2
BI	212	2	14	1	17	2	5	3	248	1
RO	1 167	8	67	3	251	36	40	22	1 525	9
ALE	1 652	12	179	9	17	2	5	3	1 852	11
ALG	9 584	68	1 619	80	222	31	109	59	11 533	68
Açores	362	3	51	3	16	2	12	7	441	3
Madeira	16	0	9	0	72	10	3	2	100	1

Os pomares de citrinos ocupam cerca de 17 mil hectares e distribuem-se por 24,8 mil explorações. A laranjeira é a espécie mais comum, ocupando 83%

da área, seguindo-se a tangerineira com 12%. O Algarve é a principal região produtora de citrinos, com 68% das áreas de laranjeiras e 80% das de tangerineiras.

Figura 2.30

Superfície de laranjeiras e tangerineiras (2009)

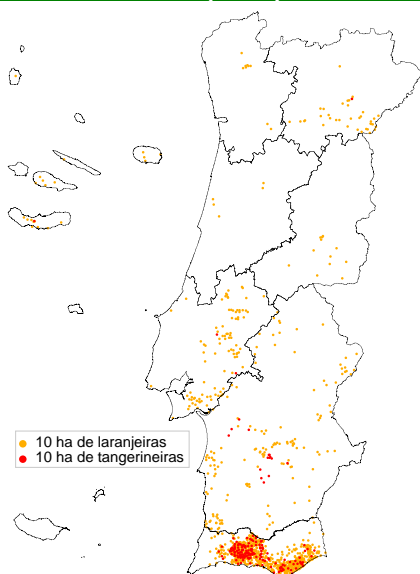
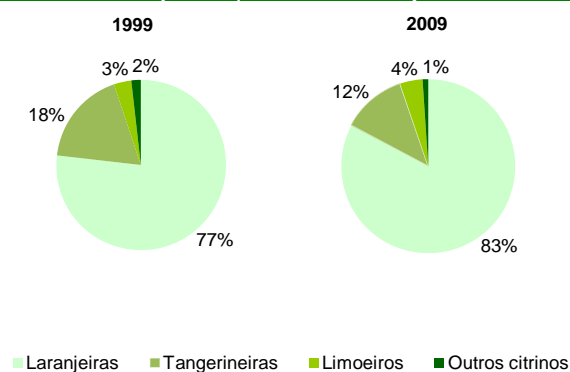


Figura 2.31

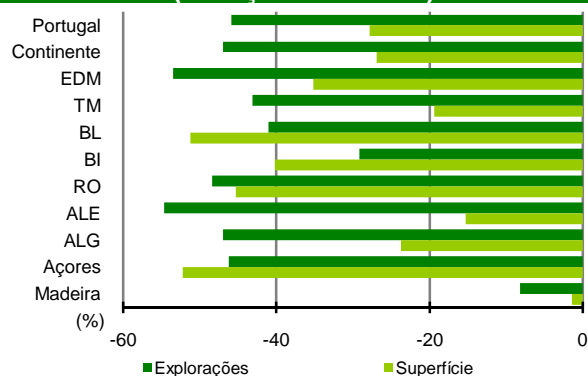
Composição dos pomares de citrinos (variação 1999-2009)



Nos últimos 10 anos, à semelhança da tendência verificada nos frutos frescos, o sector citrícola foi severamente afectado, contabilizando reduções em número de explorações e em área, da ordem dos 46% e 28%, respectivamente.

Figura 2.32

Pomares de citrinos (variação 1999-2009)



A área de laranjeiras diminuiu 22% (-4 mil hectares) e a de tangerineiras sofreu uma quebra superior a 50% (-2,2 mil hectares). Na principal região produtora, o Algarve, registou-se uma redução de cerca de 3,5 mil hectares (incluindo -1,3 mil hectares de laranjeiras e -2,1 mil hectares de tangerineiras). O Alentejo passou a ser a segunda região com maior área de citrinos, tendo simultaneamente registado o menor decréscimo (em termos relativos) no Continente, e ultrapassado a área de citrinos do Ribatejo e Oeste. O declínio dos laranjais de Setúbal é evidente, tendo a área de citrinos nos municípios de Palmela, Montijo e Setúbal diminuído para cerca de metade da de 1999, que mesmo assim ainda concentram mais de 1/5 da área total de citrinos do Ribatejo e Oeste.

Figura 2.33

Dimensão média dos pomares de citrinos (variação 1999-2009)

Regiões	Dimensão média		Variação (1999-2009) (%)
	1999	2009	
	(ha)		
Portugal	0,51	0,68	33
Continente	0,60	0,82	38
EDM	0,14	0,20	39
TM	0,25	0,35	42
BL	0,14	0,11	-17
BI	0,16	0,13	-16
RO	0,35	0,37	6
ALE	0,43	0,79	87
ALG	1,52	2,18	44
Açores	0,13	0,12	-11
Madeira	0,09	0,09	7

A dimensão média dos pomares de citrinos passou de 0,5 hectares por exploração em 1999 para 0,7 hectares em 2009, sendo que no Algarve os pomares são, em média, 3 vezes superiores à dimensão média nacional.

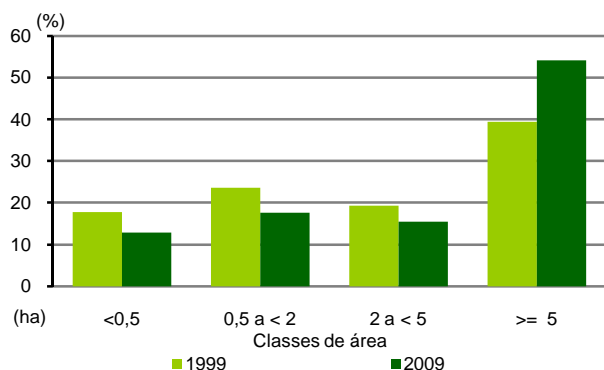
Figura 2.34

Explorações com pomar de citrinos, por classes de dimensão (variação 1999-2009)



Figura 2.35

Área de pomar de citrinos, por classes de dimensão (variação 1999-2009)



De referir que não se assistiu, ao longo da última década, a alterações significativas na distribuição das explorações com pomares de citrinos, por classes de dimensão. No entanto, em termos de área, mais de metade está já concentrada em pomares com 5 hectares ou mais, quando em 1999 estas explorações apenas representavam 39% da área.

2.2.2.3. Frutos de casca rija

Figura 2.36

Pomares de frutos de casca rija, por região (2009)

Regiões	Amendoeiras		Castanheiros		Nogueiras		Alfarrobeiras		Pinheiros		Outros		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Portugal	24 676	100	33 934	100	2 436	100	11 863	100	41 673	100	568	100	115 150	100
Continente	24 676	100	33 779	100	2 422	99	11 863	100	41 673	100	567	100	114 980	100
EDM	3	0	735	2	210	9	//	//	22	0	12	2	982	1
TM	16 506	67	29 044	86	1 005	41	//	//	209	1	156	27	46 920	41
BL	3	0	522	2	184	8	//	//	68	0	113	20	890	1
BI	967	4	2 886	9	95	4	1	0	178	0	191	34	4 319	4
RO	48	0	56	0	367	15	//	//	11 777	28	47	8	12 295	11
ALE	886	4	521	2	446	18	396	3	27 260	65	19	3	29 528	26
ALG	6 263	25	16	0	116	5	11 465	97	2 158	5	29	5	20 046	17
Açores	//	//	65	0	//	//	//	//	//	//	1	0	66	0
Madeira	//	//	90	0	14	1	//	//	//	//	0	0	104	0

Os frutos de casca rija já ocupam 115,2 mil hectares e encontram-se presentes em 45,5 mil explorações. De referir que a área de pinheiros-mansos (com objectivos de produção múltipla, de lenho e fruto) representam mais de 1/3 da área destes frutos, situação para a qual muito terão contribuído os instrumentos de apoio ao investimento florestal, nomeadamente os de florestação de terras agrícolas. Seguem-se os castanheiros (30% da área de frutos de casca rija), com a área concentrada essencialmente em Trás-os-Montes (86%), e as amendoeiras (21%), com a produção distribuída por Trás-os-Montes (67%) e Algarve (25%). A alfarrobeira, com uma representatividade de 10% da área de frutos de casca rija, encontra-se quase exclusivamente no Algarve, ao passo que a noqueira, com um peso diminuto no universo dos frutos de casca rija (2%), apesar de ter alguma importância em Trás-os-Montes, está presente em todas as regiões agrárias do Continente.

Figura 2.37

Superfície de amendoeiras e castanheiros (2009)

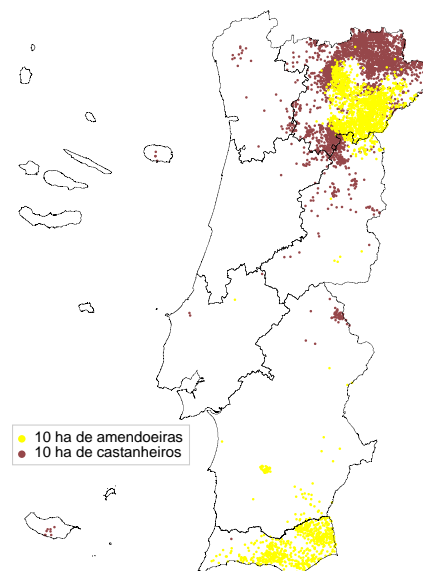
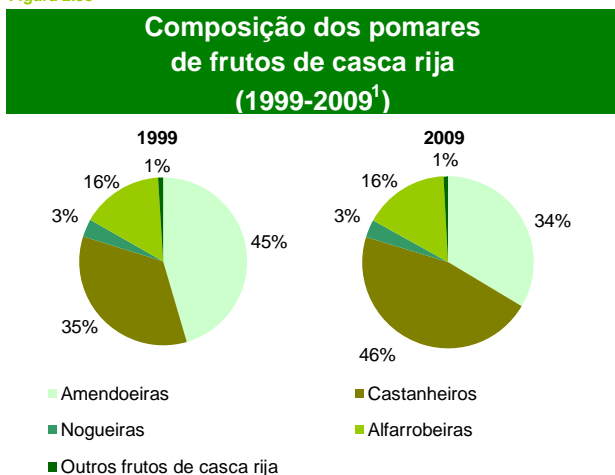


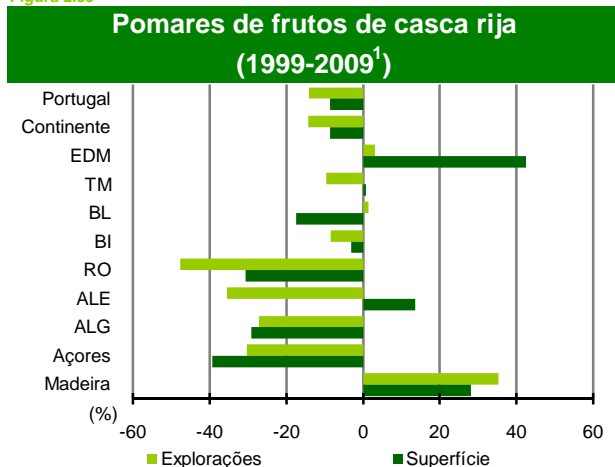
Figura 2.38



¹ Para permitir a comparação, a área de pomares de frutos de casca rija de 2009 não inclui a área de pinheiros mansos

Face a 1999, a área de castanheiros cresceu 22%, passando dos 27,7 mil hectares para os 33,9 mil hectares, acréscimo integralmente absorvido pela região de Trás-os-Montes (+5,7 mil hectares). Esta espécie passou a ser, excluindo os pinheiros mansos, a que maior área ocupa entre os frutos de casca rija, ultrapassando as amendoeiras, cuja área se reduziu em mais de 32% (-11,8 mil hectares). De facto, só no Algarve desapareceram 6,5 mil hectares de pomares de amendoeira, sendo que o decréscimo verificado Trás-os-Montes foi igualmente expressivo (-5,1 mil hectares). Quanto à alfarrobeira, e pelo facto de ter registado apenas uma quebra de 7% face a 1999, passou a liderar o *ranking* da superfície ocupada com frutos de casca rija no Algarve. De referir que o facto desta cultura ter passado a ser considerada espécie florestal, para efeitos de apoios ao investimento, permitiu a sua inclusão em numerosos projectos de florestação de áreas agrícolas no Algarve, perdendo apenas cerca de 800 hectares em relação à área de alfarrobeiras registada em 1999.

Figura 2.39



¹ Para permitir a comparação, em 2009 não foi incluída a superfície de pinheiros mansos, nem se consideraram as explorações com pinheiros mansos como única cultura permanente

Figura 2.40

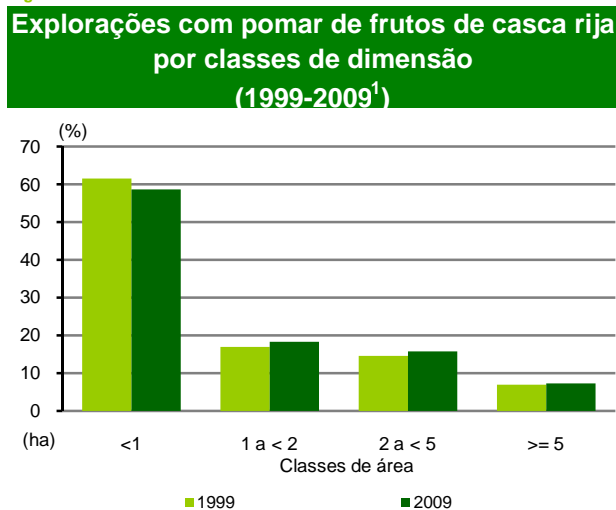
Dimensão média dos pomares de frutos de casca rija (1999-2009¹)

Regiões	Dimensão média		
	1999	2009	Varição (1999-2009)
	(ha)		(%)
Portugal	1,6	1,7	6
Continente	1,6	1,7	6
EDM	0,5	0,7	38
TM	1,6	1,8	12
BL	0,4	0,3	-19
BI	1,1	1,1	6
RO	0,6	0,7	33
ALE	2,4	4,2	76
ALG	2,2	2,1	-3
Açores	0,2	0,1	-13
Madeira	0,2	0,2	-5

¹ Para permitir a comparação, em 2009 não foi incluída a superfície de pinheiros mansos, nem se consideraram as explorações com pinheiros mansos como única cultura permanente

A área média dos pomares de frutos de casca rija aumentou 6%, situando-se nos 1,7 hectares. De notar que esta média não inclui o pinheiro manso (por motivos de comparação com 1999), que iria aumentar claramente este valor. Efectivamente, a área média nacional dos pinhais de pinheiro manso (20 hectares por exploração) faria com que a inclusão desta cultura aumentasse a dimensão média dos pomares de frutos de casca rija para os 2,5 hectares por exploração, com especial impacto no Ribatejo e Oeste (7,9 hectares por exploração) e no Alentejo (23,4 hectares por exploração).

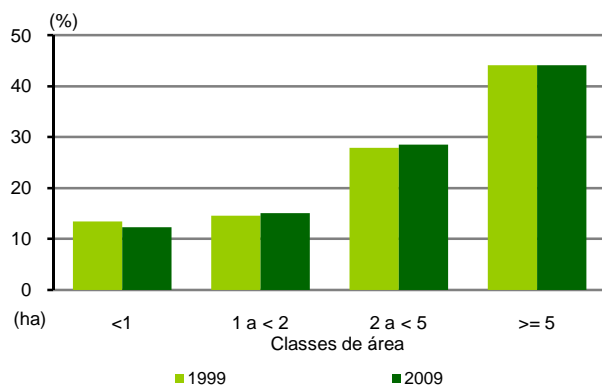
Figura 2.41



¹ Para permitir a comparação, em 2009 não foi incluída a superfície de pinheiros mansos, nem se consideraram as explorações com pinheiros mansos como única cultura permanente

Figura 2.42

Área de pomar de frutos de casca rija por classes de dimensão (1999-2009¹)



¹ Para permitir a comparação, em 2009 não foi incluída a superfície de pinheiros mansos, nem se consideraram as explorações com pinheiros mansos como única cultura permanente

Apenas as explorações com menos de 1 hectare de frutos de casca rija perderam importância relativa, assim como a área de pomar por elas ocupada.

2.2.2.4. Vinha

Figura 2.43

Vinha, por região (2009)

Regiões	Vinha para vinho DOP		Vinha para vinho IGP		Vinha para outros vinhos		Vinha para uva de mesa		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Portugal	107 055	100	37 507	100	30 936	100	2 333	100	177 831	100
Continente	106 579	100	37 445	100	29 434	95	2 315	99	175 773	99
EDM	19 823	19	1 268	3	596	2	22	1	21 708	12
TM	45 127	42	4 831	13	10 833	35	116	5	60 907	34
BL	9 493	9	3 352	9	2 606	8	16	1	15 467	9
BI	12 792	12	1 384	4	1 865	6	35	2	16 076	9
RO	7 420	7	17 222	46	11 143	36	1 435	62	37 220	21
ALE	11 791	11	9 084	24	1 738	6	384	16	22 998	13
ALG	134	0	304	1	652	2	307	13	1 396	1
Açores	55	0	47	0	812	3	13	1	926	1
Madeira	421	0	16	0	689	2	5	0	1 131	1

A vinha continua a ser a cultura mais disseminada, estando presente em mais de metade das explorações agrícolas nacionais (51%), ocupando uma área de 178 mil hectares, apenas inferior à ocupada pelo olival. Na região Norte observa-se uma forte presença desta cultura, em particular no Entre Douro e Minho, onde 79% das explorações têm vinha, mas também em Trás-os-Montes onde marca presença em 63% das explorações. É aliás em Trás-os-Montes onde se localiza mais de 1/3 da área vitícola nacional, seguido pelo Ribatejo e Oeste (21%).

DOP – Denominação de Origem Protegida: nome de uma região, de um local determinado ou de uma denominação tradicional, que serve para designar (neste contexto) um produto vinícola originário de uvas provenientes dessa região ou desse local determinado, e cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico, incluindo os factores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

IGP – Indicação Geográfica Protegida: nome do país, de uma região, de um local determinado ou de uma denominação tradicional, que serve para designar (neste contexto) um produto vinícola originário de uvas daí provenientes em pelo menos 85%, no caso de região ou de local determinado, cuja reputação, determinada qualidade ou outra característica podem ser atribuídas a essa origem geográfica, e cuja vinificação ocorra no interior daquela área ou região geográfica delimitada.

Figura 2.44

Superfície de vinha (2009)

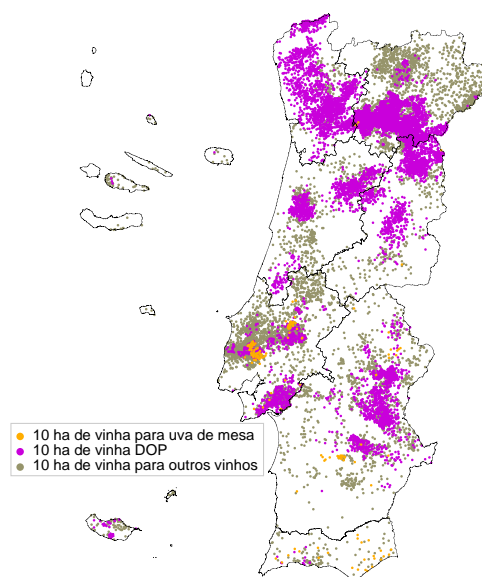
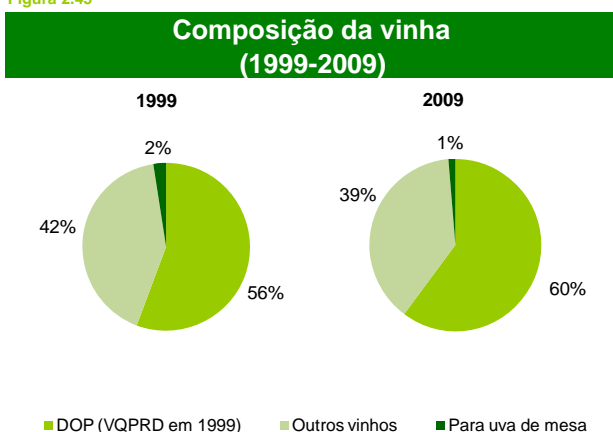
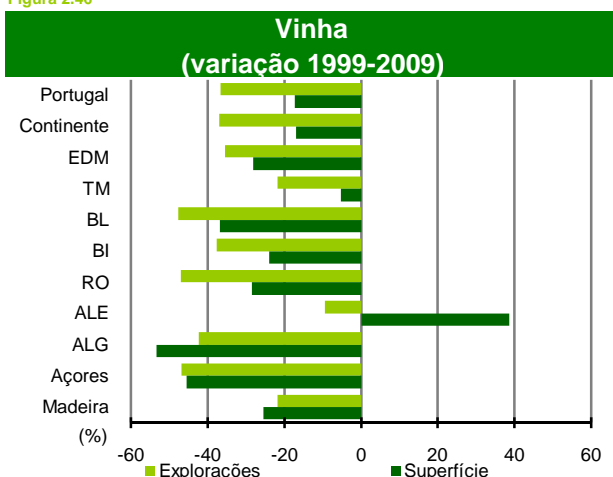


Figura 2.45



A distribuição das áreas de vinha para vinho em função da qualidade do vinho que potencialmente produzem revela que 61% são produtoras de vinho DOP, o que traduz um aumento relativo destas áreas face a 1999 (embora se verifique uma diminuição em termos absolutos destas áreas em cerca de 10 mil hectares). Observa-se regionalmente que a vinha para vinho DOP tem uma importância fortíssima no Entre Douro e Minho (91%), na Beira Interior (80%) e em Trás-os-Montes (74%), e que no Ribatejo e Oeste, a segunda região com maior área de vinha, apenas pouco mais que 1/5 dessa área se encontra certificada para a produção de vinho DOP. Este facto pode revelar ainda a presença de muitos encepamentos de castas que, embora muito produtivas, apresentam deficientes qualidades enológicas, e que por esse motivo não se encontram na lista de castas aptas à produção de vinho estabelecidas na legislação que regula a atribuição da certificação DOP.

Figura 2.46



Face a 1999 observa-se uma quebra tanto na área de vinha (-17%) como no número de explorações com vinha, com uma redução de 37% (menos 91 mil explorações). Todas as regiões, à excepção de Trás-os-Montes e Alentejo, registaram quebras na área de vinha acima dos 20%, com particular destaque para as quebras em termos absolutos ocorridas no Ribatejo e Oeste (-14,9 mil hectares), na Beira Litoral (-9 mil hectares) e no Entre Douro e Minho (-8,5 mil hectares).

Em Trás-os-Montes desapareceram 3,4 mil hectares de vinha (-5%), essencialmente produtoras de vinhos não certificados, já que relativamente aos vinhos DOP se observa um aumento de 2,2 mil hectares. O Alentejo foi a única região que aumentou a sua área vitícola (+39%, correspondente a 6,4 mil hectares), em particular com vinhas produtoras de vinho DOP (+4,2 mil hectares).

Figura 2.47

Dimensão média da vinha (1999-2009)

Regiões	Dimensão média		Variação (1999-2009) (%)
	1999	2009	
	(ha)		(%)
Portugal	0,9	1,1	31
Continente	0,9	1,2	32
EDM	0,5	0,6	11
TM	1,3	1,6	21
BL	0,5	0,5	21
BI	0,7	0,9	22
RO	1,6	2,2	35
ALE	4,4	6,8	53
ALG	0,7	0,6	-19
Açores	0,3	0,3	3
Madeira	0,2	0,2	-5

A dimensão média da vinha por exploração aumentou dos 0,9 hectares em 1999 para os 1,1 hectares em 2009. O aumento foi particularmente notável no Alentejo, que reforçou a posição de região com maior dimensão média da vinha, mais de seis vezes superior à média nacional.

Figura 2.48

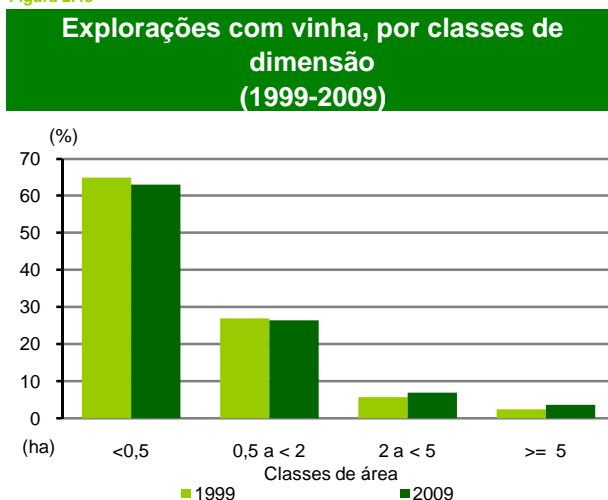
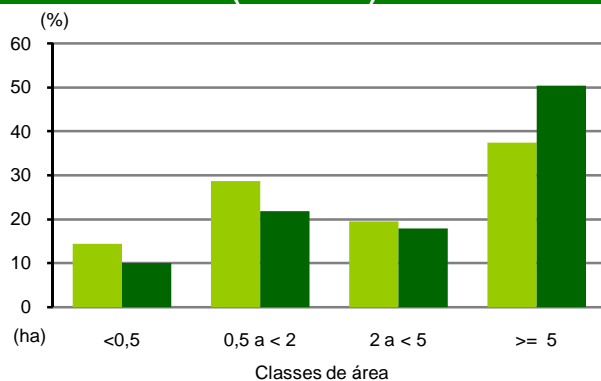


Figura 2.49

Área de vinha, por classes de dimensão (1999-2009)



A distribuição da área de vinha por classes de dimensão mostra uma evolução no sentido da concentração da área em explorações de maior dimensão. Cerca de 50% da área total de vinha pertence às 5,7 mil explorações (4% do total de explorações com vinha) que possuem mais de 5 hectares de vinha. Ainda assim, a nível nacional, 63% das vinhas têm menos de meio hectare, mais de metade das quais no litoral Norte e Centro (Entre Douro e Minho com 31% e Beira Litoral com 21%).

2.2.2.5. Olival

Figura 2.50

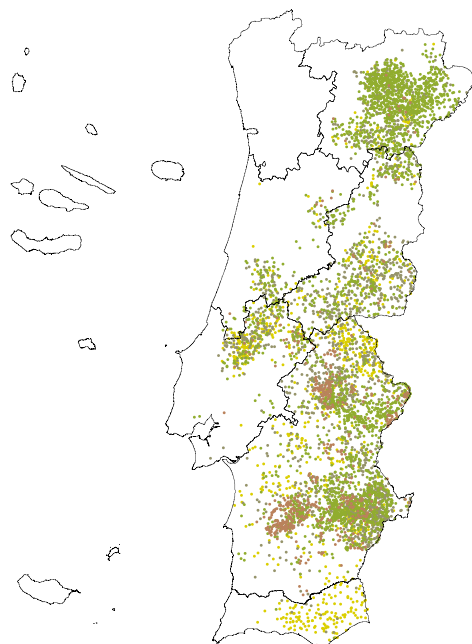
Olival, por região (2009)

Regiões	Para azeitona de mesa		Para azeite										Total			
			45-60 árv./ha		61-100 árv./ha		101-300 árv./ha		301-700 árv./ha		701-1 500 árv./ha		Mais 1 500 árv./ha		Área (ha)	Área (%)
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)		
Portugal	4 090	100	57 673	100	96 435	100	146 588	100	17 051	100	2 812	100	11 190	100	335 841	100
Continente	4 090	100	57 673	100	96 435	100	146 588	100	17 051	100	2 812	100	11 190	100	335 841	100
EDM	2	0	385	1	180	0	313	0	0	0	0	0	0	0	881	0
TM	2 740	67	4 822	8	14 513	15	51 627	35	1 321	8	188	7	55	0	75 266	22
BL	11	0	3 158	5	4 557	5	5 390	4	1 106	6	88	3	31	0	14 341	4
BI	244	6	8 244	14	20 037	21	16 827	11	1 506	9	108	4	370	3	47 336	14
RO	61	1	9 248	16	7 941	8	6 560	4	1 263	7	258	9	209	2	25 540	8
ALE	843	21	24 679	43	48 545	50	65 559	45	11 757	69	2 169	77	10 525	94	164 078	49
ALG	189	5	7 137	12	662	1	311	0	99	1	1	0	0	8 399	3	
Açores	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Madeira	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//

O olival é, em termos de área, a principal cultura permanente, ocupando 52% da superfície de culturas permanentes (excluindo o pinheiro manso), e está presente em 43% das explorações agrícolas. Estende-se por 336 mil hectares, todos no Continente, sendo a esmagadora maioria (99%) destinados à produção de azeitona para azeite. O Alentejo é a principal região olivícola, com 49% da área de olivais, seguido de Trás-os-Montes (22%) e Beira Interior (14%). A plantação intensiva e super-intensiva, com densidades médias superiores a 300 árvores por hectare, já ocupa 9% da superfície de olival para azeite, particularmente concentrada no Alentejo (79%), região onde esta cultura ocupa estrategicamente um lugar de destaque no aproveitamento dos novos empreendimentos hidroagrícolas que aí surgiram ao longo da última década. Nesta região, os olivais com densidades superiores a 300 árvores por hectare são detidos principalmente por empresas agrícolas constituídas sob a forma jurídica de sociedade, que exploram 21 mil dos 24,5 mil hectares destes olivais.

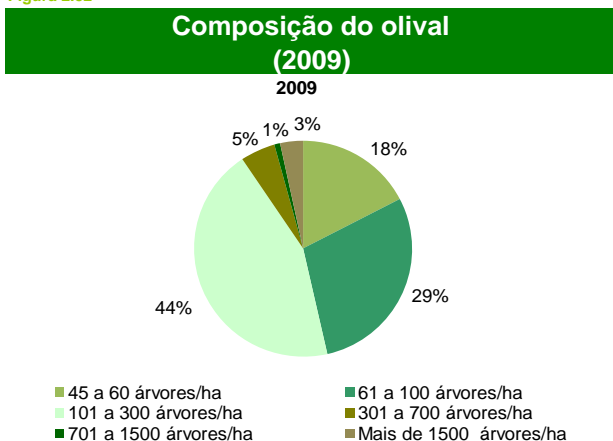
Figura 2.51

Superfície de olival (2009)



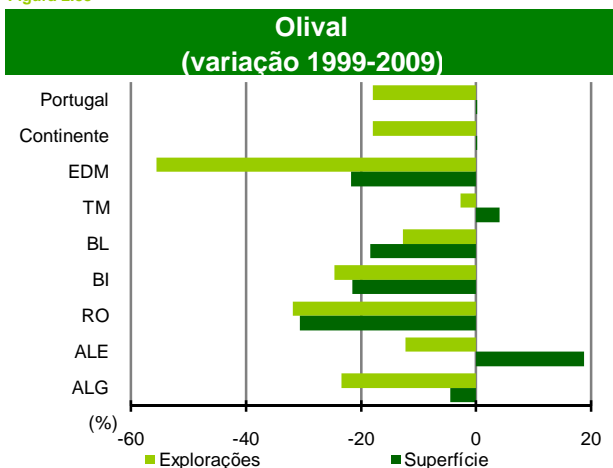
- 50 ha de olival com densidade de plantação até 60 árvores/ha
- 50 ha de olival com densidade de plantação de 61 a 100 árvores/ha
- 50 ha de olival com densidade de plantação de 101 a 300 árvores/ha
- 50 ha de olival com densidade de plantação superior a 300 árvores/ha

Figura 2.52



Entre 1999 e 2009 registou-se um decréscimo de 18% no número de explorações com oliveiras, mas a área praticamente não sofreu alteração (+0,2%).

Figura 2.53



Para este facto contribuíram em larga escala os aumentos muito consideráveis da área de olival no Alentejo (+19%, correspondendo a 26 mil hectares) e em Trás-os-Montes (+4%, 3 mil hectares). Em sentido contrário, na Beira Litoral, Beira Interior e no Ribatejo e Oeste observa-se na última década um decréscimo muito acentuado no olival, com quebras que ultrapassaram os 27,5 mil hectares, dos quais 13 mil na Beira Interior e 11,3 mil no Ribatejo e Oeste. O facto de nestas regiões predominarem oliveiras de dimensão inferior ao observado nas principais regiões produtoras, com compassos largos e variedades que, embora bem adaptadas às condições edafo-climáticas das regiões, apresentam ou baixas produtividades de azeitona ou baixo rendimento em azeite, contribuíram decisivamente para a regressão da área de olival. Note-se que, em 1999, 81% das explorações com olival da Beira Interior e 78% das do Ribatejo e Oeste tinham menos de 2 hectares, sendo que em Trás-os-Montes esse valor rondava os 75% e no Alentejo pouco ultrapassava os 51%.

Figura 2.54

Dimensão média do olival (1999-2009)

Regiões	Dimensão média		Variação (1999-2009) (%)
	1999 (ha)	2009 (ha)	
Portugal	2,1	2,6	22
Continente	2,1	2,6	22
EDM	0,2	0,3	76
TM	1,9	2,1	7
BL	0,7	0,6	-7
BI	1,7	1,8	4
RO	1,9	1,9	2
ALE	6,1	8,3	35
ALG	0,8	1,0	25

À excepção da Beira Litoral, observa-se em todas as regiões um aumento da dimensão média do olival, que em termos nacionais subiu dos 2,1 para os 2,6 hectares por exploração. O Alentejo destaca-se claramente das restantes regiões neste indicador, com os oliveiros a deterem em média 8,3 hectares. Destaque ainda para a dimensão média dos oliveiros com densidades superiores a 1 500 árvores por hectare, que nesta região atinge os 170 hectares por exploração.

Figura 2.55

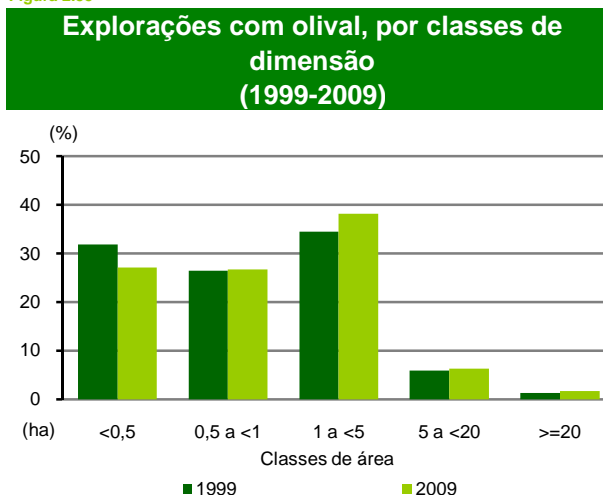
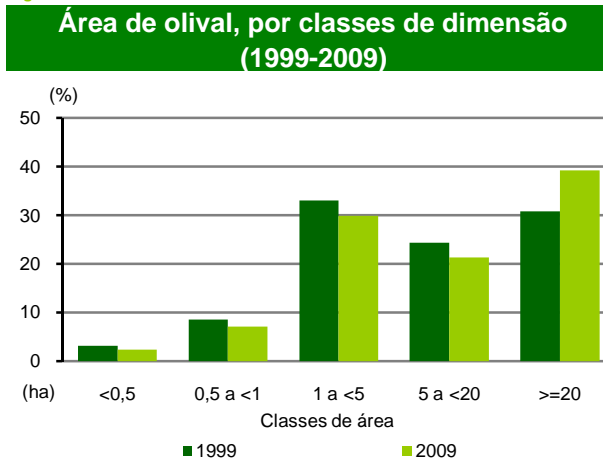


Figura 2.56



Quase 40% da área de olival encontra-se concentrada em pouco mais de 2 mil explorações que individualmente apresentam uma dimensão média superior a 20 hectares (única classe de dimensão de área de olival que registou um aumento relativo ao longo da última

década), o que espelha a dinamização deste sector ao nível da tecnologia e da gestão, beneficiando de economias de escala, nomeadamente com a maximização da eficiência da utilização dos factores de produção através do aumento das áreas.

2.2.3. Prados e pastagens permanentes

Figura 2.57

Prados e pastagens permanentes, por região (2009)												
Regiões	Em terra limpa						Sob-coberto de matas e florestas					
	Melhorados e semeados		Pobres		Total		Melhorados e semeados		Pobres		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Portugal	322 849	100	570 131	100	892 980	100	130 551	100	745 950	100	876 501	100
Continente	232 496	72	554 174	97	786 670	88	130 551	100	745 950	100	876 501	100
EDM	12 167	4	56 585	10	68 752	8	553	0	24 953	3	25 505	3
TM	53 860	17	54 359	10	108 220	12	1 980	2	23 058	3	25 038	3
BL	9 889	3	5 199	1	15 087	2	109	0	967	0	1 076	0
BI	33 786	10	87 383	15	121 170	14	4 281	3	33 221	4	37 502	4
RO	26 749	8	15 941	3	42 690	5	34 732	27	50 437	7	85 169	10
ALE	93 982	29	321 561	56	415 543	47	88 389	68	609 261	82	697 651	80
ALG	2 062	1	13 146	2	15 208	2	507	0	4 053	1	4 560	1
Açores	90 285	28	15 505	3	105 790	12	//	//	//	//	//	//
Madeira	68	0	452	0	521	0	//	//	//	//	//	//

Regiões	Sob-coberto de culturas permanentes						Pastagens não produtivas em RPU		Total	
	Melhorados e semeados		Pobres		Total		Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)				
Portugal	6 717	100	36 584	100	43 300	100	15 117	100	1 827 899	100
Continente	6 716	100	36 583	100	43 299	100	15 117	100	1 721 587	94
EDM	503	7	207	1	710	2	1 025	7	95 992	5
TM	141	2	209	1	350	1	1 357	9	134 964	7
BL	708	11	718	2	1 426	3	189	1	17 779	1
BI	1 644	24	2 378	7	4 022	9	1 834	12	164 528	9
RO	1 351	20	3 070	8	4 421	10	1 197	8	133 477	7
ALE	2 275	34	28 847	79	31 122	72	8 949	59	1 153 264	63
ALG	95	1	1 154	3	1 249	3	567	4	21 584	1
Açores	//	//	//	//	//	//	//	//	105 790	6
Madeira	0	0	0	0	1	0	//	//	521	0

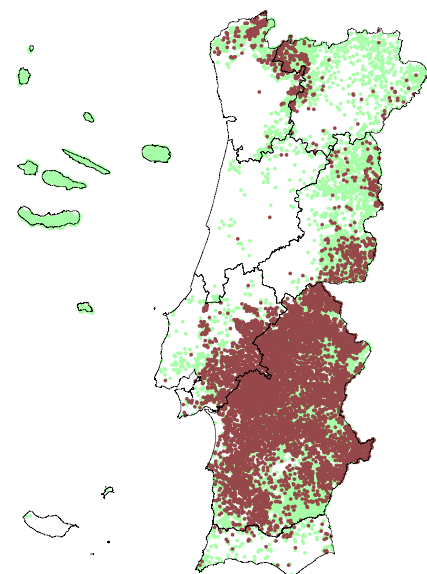
Os prados e pastagens permanentes ocupam 1,83 milhões de hectares e estão presentes em 30% das explorações agrícolas. Em cultura principal, excluindo as pastagens sob-coberto de culturas permanentes, representam 49% da SAU (em 1999 o seu peso era de apenas 36%), atingindo nos Açores, devido à predominância do sector leiteiro na região, uma importância na SAU de 88%.

As superfícies de prados e pastagens permanentes repartem-se em fracções muito idênticas por aquelas que ocupam terra limpa (49%) e as que estão sob-coberto (50%). Menos de 1% encontram-se sem aproveitamento económico, mas incluídas na área declarada para a ajuda financeira no âmbito do RPU (regime apenas aplicável no Continente).

O Alentejo é a região que concentra a maior área de prados e pastagens permanentes, cerca de 63% do total nacional. Nesta região, as superfícies sob-coberto de matas e florestas (essencialmente montados de sobro e azinho) têm um peso relativo muito considerável (60%).

Figura 2.58

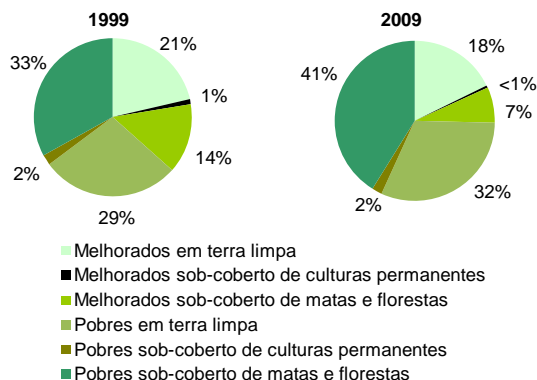
Superfície de prados e pastagens permanentes (2009)



● 100 ha de pastagens permanentes em terra limpa
● 100 ha de pastagens permanentes sob-coberto de matas e florestas

Figura 2.59

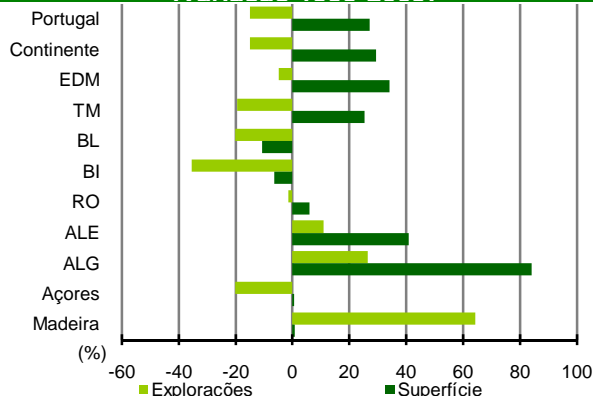
Composição dos prados e pastagens permanentes (1999-2009)



Cerca de 3/4 dos prados e pastagens permanentes não são sujeitos a quaisquer intervenções de carácter técnico (sementeiras, adubações, regas ou drenagens). No entanto, neste ponto em particular, duas regiões contrariam a tendência das restantes: os Açores, com 85% da área de prados e pastagens permanentes semeados e/ou melhorados, e a Beira Litoral, onde a sua importância atinge os 60%.

Figura 2.60

Prados e pastagens permanentes (variação 1999-2009)



A superfície de prados e pastagens permanentes aumentou de forma muito significativa (+27%) ao longo da última década, isto apesar da diminuição em 15% do número de explorações com esta ocupação cultural. Este aumento, que corresponde a 391 mil hectares, não foi generalizado, dado que observaram-se reduções de 11% na Beira Litoral e 6% na Beira Interior, e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores praticamente não houve variação da superfície. Os 41% de aumento das pastagens no Alentejo, que contribuem com cerca de 335 mil hectares para o acréscimo global, resultam sobretudo do desenvolvimento de estratégias de extensificação da produção pecuária, com o aumento da área sob-coberto de montado (+218 mil hectares) e de pastagens em terra limpa sem qualquer melhoramento (+127 mil hectares). O Algarve foi a região com maior aumento relativo da superfície das pastagens (+84%),

destacando-se também o Entre Douro e Minho (+34%) e Trás-os-Montes (+25%), em que o aumento da área de pastagem dos baldios concorreu para os incrementos observados.

Figura 2.61

Dimensão média dos prados e pastagens permanentes (1999-2009)

Regiões	Dimensão média		
	1999	2009	Variação (1999-2009)
	(ha)		(%)
Portugal	13,3	20,0	50
Continente	13,9	21,1	52
EDM	5,1	7,2	41
TM	3,5	5,4	55
BL	1,4	1,6	12
BI	10,0	14,5	45
RO	23,2	24,9	7
ALE	67,1	85,3	27
ALG	10,6	15,5	46
Açores	9,2	11,6	26
Madeira	0,9	0,6	-39

A dimensão média das pastagens permanentes aumentou 50% nos últimos 10 anos, passando dos 13,3 para os 20 hectares por exploração. Regionalmente, as assimetrias relativamente a este indicador são muito acentuadas: excluindo a Madeira (que por razões óbvias e que se prendem com a orografia e geografia do território, apresenta uma dimensão de exploração muito reduzida) a dimensão média das pastagens varia entre os 1,6 hectares por exploração na Beira Litoral e os 85,3 hectares por exploração (mais de 50 vezes superior) no Alentejo.

Pastagens permanentes: plantas semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Pastagens permanentes em terra limpa: terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas, quer cultivadas (semeadas) quer naturais (espontâneas), não incluídas nos sistemas de rotação da exploração por um período igual ou superior a cinco anos e que não estão associadas ou sob-coberto de nenhuma cultura permanente (pomares, olivais, vinhas), ou de matas e florestas.

Pastagens permanentes em sob-coberto de matas e florestas: área de pastagens permanentes sob-coberto de matas e florestas.

Pastagens permanentes em sob-coberto de culturas permanentes: área de pastagens permanentes sob-coberto de culturas permanentes (pomares, olivais, vinhas).

Pastagens permanentes espontâneas melhoradas e semeadas: pastagens semeadas ou de crescimento espontâneo, que são melhoradas por adubações, cultivos, sementeiras ou drenagens.

Pastagens permanentes espontâneas pobres: pastagens permanentes de crescimento espontâneo utilizadas, periódica ou permanentemente, para alimentação de gado que não são melhoradas por adubações, cultivos, sementeiras, regas ou drenagens. Situam-se frequentemente em zonas acidentadas de montanha e em solos pobres.

Pastagens não produtivas em RPU: superfícies sem produção (sem aproveitamento da pastagem) mantidas em boas condições agrícolas e ambientais, incluídas nas pastagens permanentes e que receberam uma ajuda financeira no âmbito do RPU.

Figura 2.62

Explorações com prados e pastagens permanentes, por classes de dimensão (1999-2009)

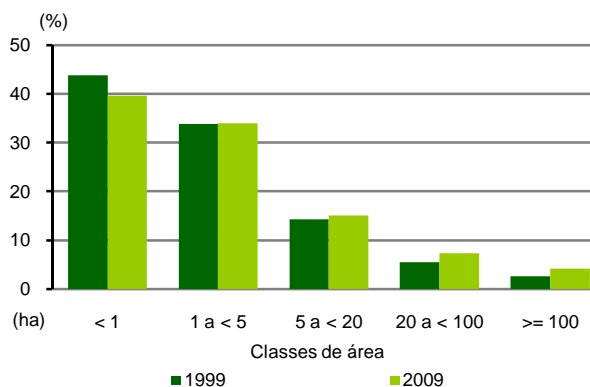
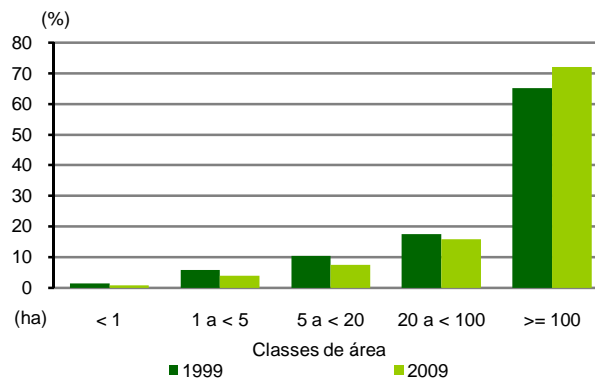


Figura 2.63

Área de prados e pastagens permanentes, por classes de dimensão (1999-2009)



Uma análise da distribuição dos prados e pastagens permanentes, por classes de área, revela um aumento na importância das grandes explorações. De facto, as explorações com 100 ou mais hectares de prados e pastagens permanentes representam 4% (em 1999 eram 3%), e aumentaram de cerca de 2,7 mil em 1999 para mais de 3,7 mil explorações (75% delas situadas no Alentejo). Estas explorações detêm 72% da área de prados e pastagens permanentes.

Sabia que:

- Em Tavira quase 29% da superfície total das explorações agrícolas não é utilizada;
- O Cartaxo e Vila Franca de Xira são os municípios com maior área de tomate para indústria (2 175 e 2 161 hectares, respectivamente);
- Chaves é o município detentor da maior área de batata de conservação do país (1 256 hectares) e que o segundo maior é o município da Lourinhã, com menos 250 hectares, mas aquele em que a batata primor ocupa maior área (341 hectares);
- Odemira é o município mais florido do país (376 hectares);
- Beja é simultaneamente o município com maior área de cereais para grão e maior área de culturas industriais;
- Apesar do Ribatejo e Oeste ter sido ultrapassado por Trás-os-Montes como a principal região produtora de maçã, é Alcobaça que mantém a liderança dos municípios com maior área desta cultura, com mais de 1 500 hectares;
- O Cadaval, o Bombarral e as Caldas da Rainha dominam a produção de pêra, com quase 1/2 da área deste fruto no país;
- Fundão e Resende continuam a poder ostentar com propriedade o título de capital da cereja, já que são os dois municípios com maior área desta cultura (1 396 e 902 hectares, respectivamente);
- 31% (3 707 hectares) da SAU de Silves é ocupada por laranjais;
- S. João da Pesqueira é o município com maior área de vinha produtora de vinho DOP, sendo que apenas 2,4% da vinha deste município não está certificada para a produção de vinho desta qualidade;
- Serpa é o município com mais olival, seguido de Moura e Mirandela. Ferreira do Alentejo e Avis destacam-se como sendo os que possuem maior área de olivais de elevada densidade (mais de 300 árvores por hectare);
- Em todos os municípios dos Açores, a área de pastagem ocupa 3/4 ou mais da SAU, ultrapassando os 99% em Santa Cruz das Flores;
- O Funchal é o município com maior área de frutos subtropicais (213 hectares).



Rega

3. REGA

Figura 3.1

Superfície irrigável e regada e respectivas representatividades na SAU, por região (2009)

Regiões	Superfície irrigável				Superfície regada				
	Explorações	Área			Explorações	Área			
		Nº	(ha)	(%)		Na SAU (%)	Nº	(ha)	(%)
Portugal	162 611	540 593	100	15	157 145	469 039	100	13	87
Continente	149 451	536 127	99	15	143 620	464 627	99	13	87
EDM	43 602	94 829	18	45	42 360	82 077	17	39	87
TM	22 428	46 666	9	11	21 717	39 871	9	9	85
BL	37 318	61 116	11	49	36 198	51 362	11	41	84
BI	17 015	49 580	9	15	15 721	35 659	8	11	72
RO	14 792	112 539	21	29	13 872	101 240	22	26	90
ALE	8 028	155 123	29	8	7 491	138 247	29	7	89
ALG	6 268	16 274	3	18	6 261	16 170	3	18	99
Açores	//	//	//	//	453	284	0	0	//
Madeira	13 160	4 466	1	82	13 072	4 128	1	76	92

Em 2009, mais de metade das explorações agrícolas do país dispunham de infra-estruturas de rega, equivalente a uma área potencialmente irrigável de 541 mil hectares, cerca de 15% da SAU. As regiões do Ribatejo e Oeste e do Alentejo são responsáveis por metade desta superfície, mas são as regiões do Entre Douro e Minho e da Beira Litoral aquelas que em termos relativos detêm o maior potencial de irrigação, com 45% e 49% da respectiva SAU. De notar que no Alentejo esta proporção é de apenas 8% já que predominam os sistemas extensivos de sequeiro.

Figura 3.3

Importância da superfície regada na SAU (2009)

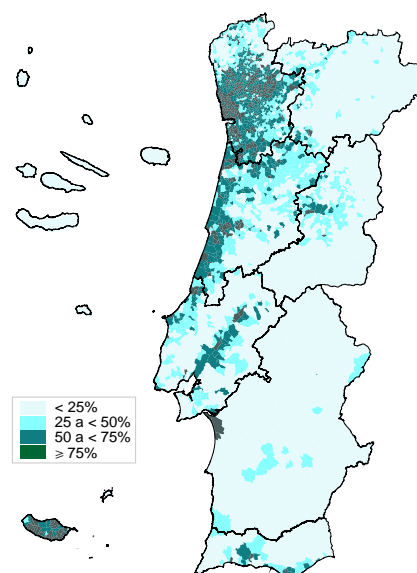
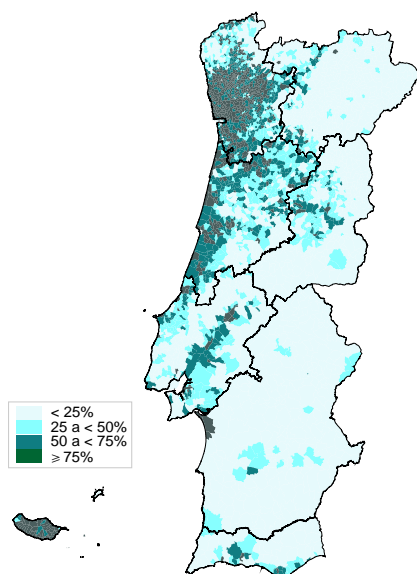


Figura 3.2

Importância da superfície irrigável na SAU (2009)

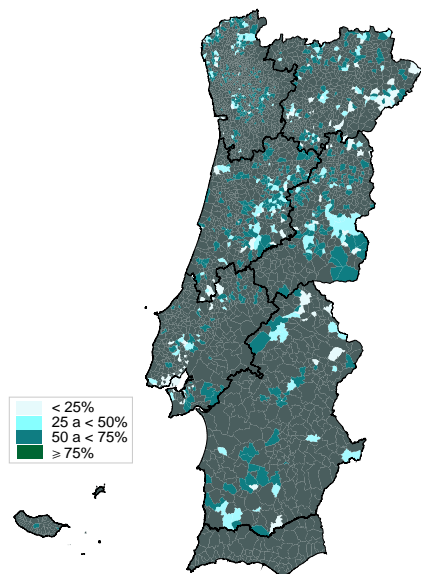


Superfície irrigável: superfície máxima da exploração que no decurso do ano agrícola, poderia, se necessário, ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração e por uma quantidade de água normalmente disponível.

Superfície regada: superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (exclui a horta familiar e as estufas) que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola.

Figura 3.4

Importância da superfície regada, na superfície irrigável (2009)

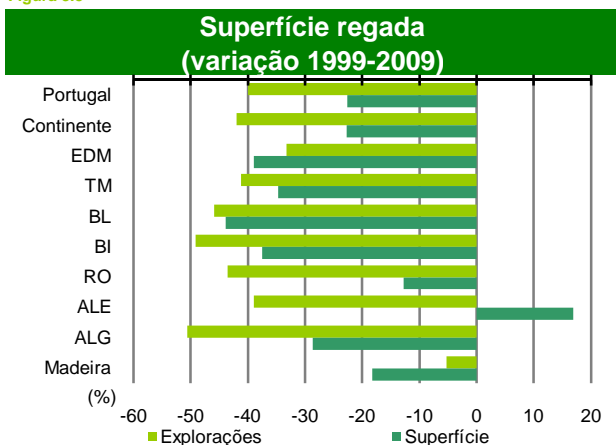


A superfície irrigável não é, no entanto, toda regada, apenas 87% o foi efectivamente em 2009. Regionalmente, apenas a Beira Interior tem uma superfície irrigável efectivamente regada abaixo dos 80%. Já o Algarve, ao regar 99% da superfície irrigável, revela um bom aproveitamento das infra-estruturas de rega disponíveis na região.

Em 2009, cerca de 157 mil explorações tinham regadio, o que equivale a mais de metade das explorações do país, mas apenas a 13% da SAU, o que se traduz numa área média regada de 3 hectares por exploração.

O regadio concentra-se predominantemente no Entre Douro e Minho, Ribatejo e Oeste e Alentejo, respectivamente com 17%, 22% e 29%. No entanto, é a Beira Litoral que apresenta uma maior proporção de SAU regada (41%), seguida do Entre Douro e Minho, Ribatejo e Oeste e Algarve com, respectivamente, 39%, 26% e 18%.

Figura 3.5



Nos últimos 10 anos, verificou-se no país um decréscimo na superfície regada de 23%, o que equivale a menos 14 mil hectares de regadio e a menos 105 mil explorações. Todas as regiões, à excepção do Alentejo, apresentaram a mesma tendência. O Alentejo, na sequência dos investimentos realizados em perímetros de rega, viu a superfície regional regada aumentar em 17%, apesar do decréscimo verificado no número de explorações com rega (-39%).

Figura 3.6

Distribuição das explorações agrícolas por sistema de rega, por região (2009)

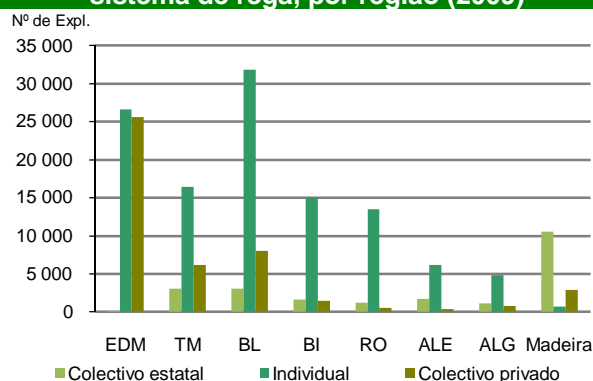
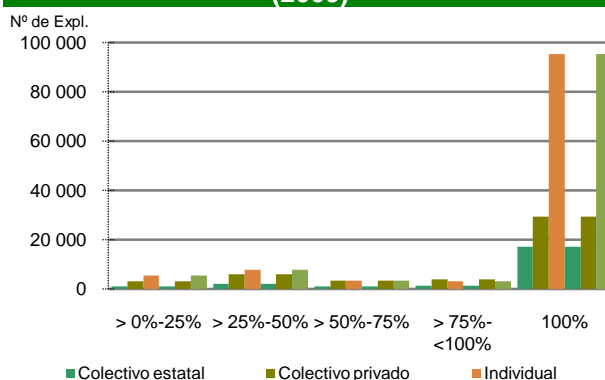


Figura 3.7

Distribuição das explorações agrícolas por sistema de rega, por escalão de utilização (2009)



Mais de metade das explorações do país com infra-estruturas de rega encontrava-se, em 2009, integrada exclusivamente em sistemas de rega do tipo individual e apenas 18% e 11% em sistemas colectivos privados e colectivos estatais, respectivamente. A Madeira é a única região do país em que predomina o sistema colectivo estatal, com 80% das explorações integradas neste tipo de sistema, pelo facto da gestão das levadas, principal origem da água de rega na Madeira, ser da responsabilidade do Serviço Regional da Agricultura. Nas restantes regiões predomina o sistema individual.

Figura 3.8

Superfície regada e sua representatividade, segundo a ocupação cultural, por região (2009)

Regiões	Culturas temporárias						Culturas permanentes						Pastagens permanentes					
	Explorações			Superfície			Explorações			Superfície			Explorações			Superfície		
	Nº	(%)	No total (%)	(ha)	(%)	No total (%)	Nº	(%)	No total (%)	(ha)	(%)	No total (%)	Nº	(%)	No total (%)	(ha)	(%)	No total (%)
Portugal	124 255	100	70	279 345	100	34	46 772	100	19	137 660	100	20	20 231	100	22	52 033	100	3
Continente	114 815	92	71	277 124	99	34	36 995	79	16	135 499	98	20	20 108	99	25	52 004	100	3
EDM	39 615	32	93	66 176	24	81	5 858	13	15	6 555	5	24	6 562	32	49	9 347	18	10
TM	15 395	12	54	10 662	4	17	4 503	10	8	11 011	8	6	7 402	37	29	18 198	35	13
BL	34 036	27	86	44 107	16	68	5 234	11	14	3 714	3	11	3 099	15	27	3 540	7	20
BI	11 922	10	67	19 257	7	24	5 079	11	16	8 619	6	12	2 018	10	18	7 784	15	5
RO	8 517	7	49	77 445	28	58	6 470	14	22	18 053	13	19	640	3	12	5 742	11	4
ALE	3 842	3	30	57 310	21	15	4 358	9	20	74 203	54	34	332	2	2	6 734	13	1
ALG	1 488	1	58	2 168	1	27	5 493	12	48	13 344	10	30	55	0	4	659	1	3
Açores	234	0	3	211	0	2	222	1	4	73	0	4	-	-	-	-	-	-
Madeira	9 206	7	97	2 010	1	92	9 555	20	90	2 089	2	84	123	1	13	29	0	6

Ao analisar a ocupação cultural das superfícies regadas em 2009, verifica-se que 60% corresponderam a culturas temporárias, 29% a culturas permanentes e apenas 11% a pastagens permanentes. No entanto, apenas 34% da área de culturas temporárias foi regada, assim como 20% de culturas permanentes e 3% de pastagens. A ocupação cultural da superfície regada varia regionalmente. Enquanto em Trás-os-Montes a maior parte desta superfície (46%) está ocupada com pastagens permanentes, no Alentejo, Algarve e Madeira a opção dos agricultores foi para as culturas permanentes com, respectivamente, 54%, 83% e 51% da superfície regada. As culturas temporárias constituem o principal destino da rega nas regiões de Entre Douro e Minho, Beira Litoral, Beira Interior, Ribatejo e Oeste e Açores.

Figura 3.9

Superfície regada, por ocupação cultural (2009)

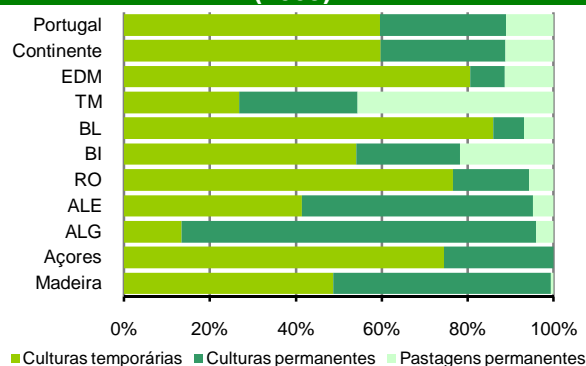


Figura 3.10

Culturas temporárias regadas e respectivas representatividades (2009)

Cultura	Explorações			Área		
	N.º	%	No total (%)	(ha)	%	No total (%)
Total	124 255	100	70	279 345	100	34
Cereais para grão	77 704	63	72	124 653	45	37
Milho	76 218	61	86	81 217	29	88
Leguminosas secas para grão	20 632	17	73	3 037	1	24
Prados temporários	6 664	5	54	9 192	3	30
Culturas forrageiras	30 728	25	39	78 658	28	22
Batata	42 564	34	69	12 330	4	70
Culturas industriais	1 491	1	58	5 329	2	21
Culturas hortícolas	21 574	17	86	43 761	16	94
Tomate para indústria	677	1	100	17 943	6	100
Flores e plantas ornamentais	1 225	1	93	1 427	1	84
Áreas de propagação	337	0	49	239	0	68
Outras culturas temporárias	4 864	4	76	719	0	83

Os cereais para grão são as culturas temporárias com maior área regada, com 45% do total, seguidos pelas culturas forrageiras com 28% e pelas culturas hortícolas com 16%. Realça-se ainda que 88% da área

de milho nacional é regada, assim como 70% da superfície de batata e 94% dos hortícolas, com particular importância para o tomate para a indústria cuja totalidade da área é regada.

Figura 3.11

Culturas permanentes regadas e respectivas representatividades (2009)

Culturas permanentes	Explorações			Área		
	Nº	(%)	No total (%)	(ha)	(%)	No total (%)
Total	46 772	100	19	137 660	100	20
Frutos frescos (excepto citrinos)	15 673	34	38	23 891	17	60
Macieiras	8 551	18	42	9 407	7	76
Pereiras	5 612	12	45	6 598	5	61
Citrinos	14 409	31	58	15 146	11	89
Laranjeiras	13 388	29	57	12 505	9	89
Frutos sub-tropicais	6 386	14	70	2 595	2	85
Kiwis	962	2	66	1 420	1	95
Frutos pequenos de baga	144	0	73	204	0	96
Frutos secos	1 909	4	4	2 933	2	3
Olival	8 803	19	7	65 887	48	20
Vinha	14 311	31	9	26 097	19	15
Áreas de propagação de culturas lenhosas	372	1	64	802	1	67
Outras culturas permanentes	124	0	13	105	0	17

Figura 3.12

Classificação das explorações, segundo a percentagem da superfície regada na SAU (2009)

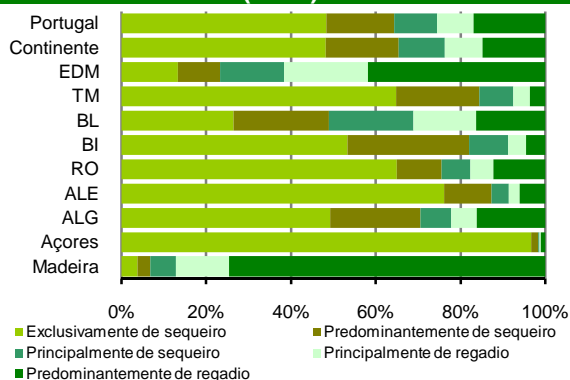
Unidade: Expl.: nº SAU: ha

Regiões		Exclusivamente de sequeiro		Predominantemente de sequeiro		Principalmente de sequeiro		Principalmente de regadio		Predominantemente de regadio	
		Unidade	(%)	Unidade	(%)	Unidade	(%)	Unidade	(%)	Unidade	(%)
Portugal	Expl.	146 722	48	48 622	16	30 944	10	26 328	9	51 251	17
	SAU	2 142 640	58	921 318	25	218 024	6	127 661	3	258 502	7
Continente	Expl.	133 156	48	47 996	17	30 063	11	24 593	9	40 968	15
	SAU	2 024 770	57	918 460	26	217 418	6	127 007	4	254 650	7
EDM	Expl.	6 506	13	4 857	10	7 369	15	9 710	20	20 424	42
	SAU	88 599	42	16 221	8	19 517	9	24 760	12	62 056	29
TM	Expl.	39 995	65	12 143	20	4 884	8	2 478	4	2 212	4
	SAU	275 672	64	96 915	22	33 523	8	15 266	4	11 497	3
BL	Expl.	12 963	26	11 081	23	9 844	20	7 267	15	8 006	16
	SAU	26 359	21	28 102	22	21 751	17	17 878	14	31 345	25
BI	Expl.	18 006	53	9 636	29	3 098	9	1 460	4	1 527	5
	SAU	152 507	45	136 169	40	28 915	9	9 148	3	10 292	3
RO	Expl.	25 666	65	4 177	11	2 677	7	2 146	5	4 872	12
	SAU	163 971	42	100 730	26	34 081	9	24 646	6	67 579	17
ALE	Expl.	23 934	76	3 476	11	1 296	4	798	3	1 921	6
	SAU	1 271 930	65	517 692	26	74 698	4	31 714	2	60 473	3
ALG	Expl.	6 086	49	2 626	21	895	7	734	6	2 006	16
	SAU	45 730	52	22 631	26	4 933	6	3 594	4	11 408	13
Açores	Expl.	13 058	97	217	2	50	0	41	0	145	1
	SAU	117 581	98	2 470	2	150	0	45	0	165	0
Madeira	Expl.	508	4	409	3	831	6	1 694	12	10 138	75
	SAU	288	5	389	7	457	8	608	11	3 686	68

Dos 138 mil hectares de culturas permanentes regadas, cerca de 48% corresponde a olival, 17% a frutos frescos e 19% a vinha. No caso dos frutos frescos, 60% da área total é regada, enquanto na vinha e no olival apenas 15% e 20% o são. Realçam-se ainda os citrinos com 89% da área total regada, essencialmente laranjeiras, e os frutos subtropicais com 85%, essencialmente kiwi.

Figura 3.13

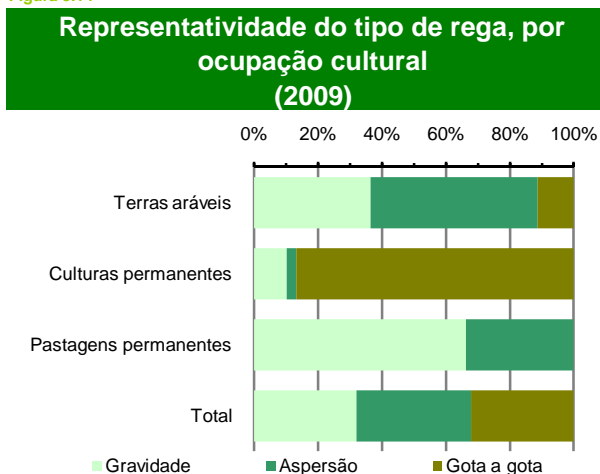
Classificação das explorações, segundo a percentagem da superfície regada na SAU (2009)



A classificação das explorações em função da proporção da área regada na respectiva SAU indica que 48% das explorações são exclusivamente de sequeiro e 16% predominantemente de sequeiro, onde menos de 25% da SAU é regada. As explorações predominantemente de regadio, com mais de 75% da SAU regada, representam cerca de 17% do total de explorações do país. Regionalmente, 42% das explorações do Entre Douro e Minho são predominantemente de regadio, assim como 75% das explorações da Madeira. Em todas as outras regiões predominam as explorações exclusivamente de sequeiro.

Quanto ao tipo de rega, em mais de metade das terras aráveis predomina a rega por aspersão, enquanto nas culturas permanentes cerca de 87% da área é regada por gota-a-gota. Nas pastagens permanentes, cerca de 2/3 da área é regada por gravidade.

Figura 3.14



Explorações agrícolas em sistemas de agricultura exclusivamente de sequeiro: explorações agrícolas que não apresentam áreas de regadio.

Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de sequeiro: explorações, cujas áreas de regadio representam menos de 25% da respectiva SAU.

Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de sequeiro: explorações, cujas áreas de regadio representam entre 25% e 50% da respectiva SAU.

Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de regadio: explorações, cujas áreas de regadio representam entre 50% e 75% da respectiva SAU.

Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de regadio: explorações, cujas áreas de regadio são superiores a 75% da respectiva SAU.

Tipo de rega

Rega por gravidade: sistema de rega em que a água é distribuída às parcelas, sem pressão, utilizando apenas o desnível existente, mesmo que a montante da superfície regada tenha havido necessidade de elevação da água.

Rega por aspersão: método de rega no qual a água é distribuída uniformemente e com uma pressão apropriada sob a forma de chuva ao terreno através da utilização de diversos aparelhos (aspersores, canhões de rega).

Rega localizada: método de rega que se caracteriza pela distribuição de pequenos débitos próximo do nível do solo, por intermédio de emissores (gotejadores, difusores, microaspersores) dispostos uniformemente ao longo de linhas de abastecimento, visando a economia de água dado que esta é aplicada directamente na zona radicular reduzindo assim as perdas. Este processo permite a incorporação e aplicação de fertilizantes às plantas através da água de rega.

Rega gota a gota: método de rega localizada em que a água é aplicada directamente ao nível das raízes das plantas com débitos reduzidos (2 a 12 l/h) e baixa pressão por intermédio de gotejadores.

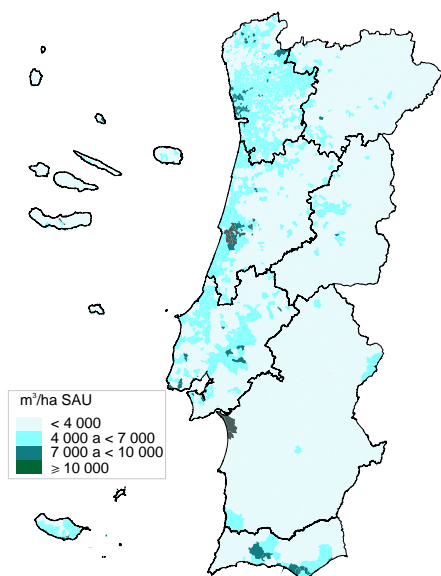
Rega por microaspersão: método de rega localizada em que a água é aplicada directamente ao nível das raízes das plantas com débitos da ordem dos 20 a 150 l/h e baixa pressão por intermédio de microaspersores e difusores.

Figura 3.15

Volume da água de rega, por região (2009)					
Regiões	Volume				
	m ³	(%)	m ³ /ha SAU regada	m ³ /exploração com rega	
Portugal	3 437 365 766	100	2 144	21 080	
Continente	3 412 300 800	99	2 139	22 832	
EDM	545 383 494	16	4 338	12 508	
TM	252 339 398	7	1 550	11 251	
BL	423 544 312	12	4 161	11 350	
BI	282 654 697	8	1 483	16 612	
RO	788 145 474	23	3 283	53 282	
ALE	958 960 963	28	1 311	119 452	
ALG	161 272 461	5	3 786	25 729	
Açores	1 738 696	0	614	3 838	
Madeira	23 326 271	1	4 506	1 773	

Figura 3.16

Volume de água de rega por ha de SAU (2009)



Em 2009, o volume de água consumido para rega em Portugal foi de cerca de 3,5 mil milhões de m³. A região do país que consumiu mais água foi o Alentejo (28%), seguido do Ribatejo e Oeste (23%) e do Entre Douro e Minho (16%). No entanto, o Alentejo é a região do Continente que tem o menor consumo de água face à SAU, predominando os regimes extensivos de sequeiro. Entre as regiões que consomem mais água na rega por hectare de SAU estão a Madeira, o Entre Douro e Minho, a Beira Litoral e o Algarve.

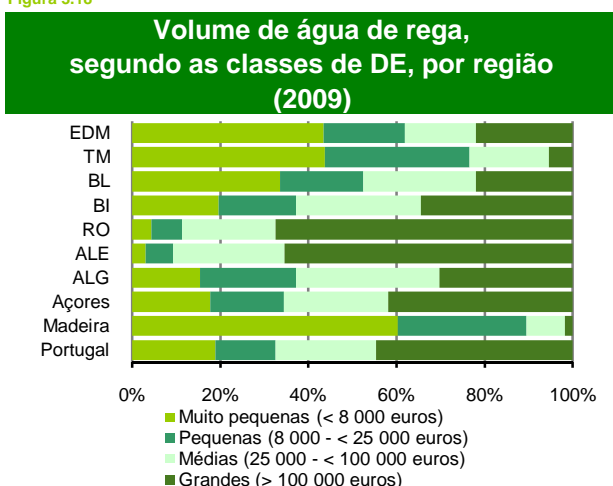
As explorações agrícolas de grande dimensão são responsáveis por 45% do consumo nacional de água para rega, mas são também estas explorações que originam anualmente mais de metade do valor de produção agrícola nacional. Cerca de 34% do volume total de água é consumido pelas grandes explorações do Alentejo e Ribatejo e Oeste e 12% pelas explorações de média dimensão destas regiões. Relativamente às explorações muito pequenas, destacam-se as da região do Entre Douro e Minho, que justificam o consumo de 7% do volume de água de rega.

Figura 3.17

Volume de água de rega, segundo as classes de DE, por região (2009)

Regiões	Total		Muito pequenas (< 8 000 euros)			Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)			Médias (25 000 - < 100 000 euros)			Grandes (≥ 100 000 euros)		
	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	No total (%)	(m ³)	(%)	No total (%)	(m ³)	(%)	No total (%)	(m ³)	(%)	No total (%)
Portugal	3 437 365 766	100	647 918 500	100	19	468 943 830	100	14	786 580 989	100	23	1 533 922 447	100	45
Continente	3 412 300 800	99	633 543 769	98	19	461 860 166	98	14	784 126 949	100	23	1 532 769 916	100	45
EDM	545 383 494	16	236 799 568	37	43	100 604 313	21	18	87 618 303	11	16	120 361 310	8	22
TM	252 339 398	7	110 190 318	17	44	83 149 415	18	33	45 200 035	6	18	13 799 630	1	5
BL	423 544 312	12	141 993 154	22	34	79 976 880	17	19	108 251 090	14	26	93 323 188	6	22
BI	282 654 697	8	55 480 508	9	20	49 479 600	11	18	80 254 744	10	28	97 439 845	6	34
RO	788 145 474	23	34 330 155	5	4	54 881 148	12	7	167 405 814	21	21	531 528 357	35	67
ALE	958 960 963	28	29 790 891	5	3	58 814 084	13	6	242 863 701	31	25	627 492 288	41	65
ALG	161 272 461	5	24 959 175	4	15	34 954 725	7	22	52 533 263	7	33	48 825 298	3	30
Açores	1 738 696	0	309 210	0	18	289 345	0	17	412 414	0	24	727 726	0	42
Madeira	23 326 271	1	14 065 521	2	60	6 794 320	1	29	2 041 625	0	9	424 805	0	2

Figura 3.18



A análise do volume de água consumido por OTE das explorações demonstra que mais de 3/4 da água é consumida por explorações especializadas, com particular destaque para as especializadas em culturas arvenses (28%), seguidas pelas explorações especializadas em herbívoros (26%) e em culturas permanentes (21%).

Na região do Entre Douro e Minho, onde se concentram as explorações de produção leiteira nacional, são as especializadas em herbívoros que justificam 52% do total da água de rega consumida na região e que equivale a 8% do total nacional. Destaca-se ainda que mais de metade do volume de água de rega no Ribatejo e Oeste é consumido por explorações especializadas em culturas arvenses, volume esse que equivale a 12% do total nacional, e que no Alentejo mais de metade da água é consumida por explorações especializadas em culturas arvenses e em culturas permanentes, com particular importância para o olival, correspondendo a 16% do volume de água de rega nacional.

Figura 3.19

Volume de água de rega por OTE e por região (2009)										
OTE	Portugal		EDM		TM		BL		BI	
	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)
Total	3 437 365 766	100	545 383 494	100	252 339 398	100	423 544 312	100	282 654 697	100
Explorações especializadas	2 707 974 588	79	376 339 400	69	178 663 826	71	315 251 071	74	236 759 721	84
Culturas arvenses	960 097 697	28	41 509 725	8	28 480 964	11	177 766 719	42	20 108 867	7
Das quais: Horticultura extensiva	219 744 562	6	816 581	0	554 593	0	2 244 585	1	882 633	0
Horticultura intensiva e floricultura	116 108 652	3	13 391 150	2	1 582 426	1	10 908 776	3	652 894	0
Das quais: Em estufa/abrigo alto	24 625 167	1	4 849 405	1	556 658	0	1 567 801	0	15 709	0
Culturas permanentes	725 172 970	21	35 157 155	6	68 785 993	27	20 943 428	5	54 863 395	19
Das quais: Vinha	84 759 037	2	13 712 545	3	10 056 199	4	2 402 775	1	3 595 012	1
Frutos frescos, casca rija e citrinos	349 700 086	10	15 956 544	3	34 417 516	14	14 312 496	3	41 055 098	15
Olival	218 952 893	6	45 779	0	5 236 359	2	222 916	0	2 298 778	1
Herbívoros	879 117 219	26	284 305 753	52	78 679 063	31	97 671 322	23	160 614 427	57
Dos quais: Bovinos de leite	278 946 208	8	155 705 798	29	12 477 896	5	50 968 306	12	14 721 408	5
Bovinos de carne	334 866 982	10	92 927 170	17	39 725 127	16	13 577 572	3	33 678 292	12
Bovinos de leite e carne	13 063 863	0	2 485 888	0	1 872 246	1	3 264 946	1	3 658 413	1
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	252 240 166	7	33 186 898	6	24 603 794	10	29 860 499	7	108 556 313	38
Granívoros	27 478 050	1	1 975 617	0	1 135 380	0	7 960 826	2	520 139	0
Dos quais: Suínos	17 030 351	0	420 116	0	284 631	0	2 324 692	1	48 407	0
Aves	5 302 871	0	76 660	0	164 850	0	3 487 963	1	220 196	0
Explorações mistas ou combinadas:	729 391 178	21	169 044 094	31	73 675 572	29	108 293 241	26	45 894 977	16
Policultura	239 010 238	7	45 285 107	8	22 487 720	9	28 293 453	7	12 262 082	4
Polipequária	89 192 113	3	37 269 847	7	11 032 388	4	20 328 326	5	5 008 519	2
Mistas de culturas e criação de gado	401 188 827	12	86 489 140	16	40 155 464	16	59 671 462	14	28 624 375	10
Explorações não classificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

OTE	RO		ALE		ALG		Açores		Madeira	
	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)	(m ³)	(%)
Total	788 145 474	100	958 960 963	100	161 272 461	100	1 738 696	100	23 326 271	100
Explorações especializadas	680 437 664	86	754 942 866	79	149 223 920	93	1 467 600	84	14 888 521	64
Culturas arvenses	427 078 512	54	255 504 389	27	6 406 909	4	374 268	22	2 867 344	12
Das quais: Horticultura extensiva	160 927 114	20	52 573 300	5	1 236 970	1	361 570	21	147 216	1
Horticultura intensiva e floricultura	61 794 374	8	14 744 845	2	8 617 285	5	592 013	34	3 824 889	16
Das quais: Em estufa/abrigo alto	10 508 344	1	959 380	0	5 707 570	4	75 834	4	384 469	2
Culturas permanentes	109 045 232	14	299 885 390	31	128 122 906	79	400 443	23	7 969 027	34
Das quais: Vinha	14 485 335	2	37 807 757	4	1 256 607	1	171	0	1 442 635	6
Frutos frescos, casca rija e citrinos	82 490 275	10	32 329 889	3	123 280 146	76	398 293	23	5 459 830	23
Olival	2 643 444	0	208 455 890	22	49 727	0	0	0	0	0
Herbívoros	75 635 622	10	176 088 277	18	5 861 206	4	81 790	5	179 758	1
Dos quais: Bovinos de leite	21 151 665	3	23 595 979	2	189 231	0	32 466	2	103 460	0
Bovinos de carne	34 215 782	4	117 847 211	12	2 794 960	2	45 559	3	55 309	0
Bovinos de leite e carne	1 182 774	0	495 194	0	94 562	0	2 251	0	7 587	0
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	19 085 401	2	34 149 893	4	2 782 454	2	1 514	0	13 402	0
Granívoros	6 883 923	1	8 719 965	1	215 613	0	19 086	1	47 503	0
Dos quais: Suínos	5 277 666	1	8 472 164	1	162 917	0	12 945	1	26 813	0
Aves	1 266 606	0	70 892	0	3 521	0	3 902	0	8 281	0
Explorações mistas ou combinadas:	107 707 810	14	204 018 097	21	12 048 541	7	271 096	16	8 437 750	36
Policultura	53 984 270	7	61 709 619	6	7 447 464	5	112 753	6	7 427 770	32
Polipequária	5 095 815	1	9 959 879	1	442 395	0	6 653	0	48 291	0
Mistas de culturas e criação de gado	48 627 725	6	132 348 599	14	4 158 682	3	151 690	9	961 689	4
Explorações não classificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Sabia que:

- Ferreira do Alentejo tem a maior superfície irrigável do país e cerca de 83% é efectivamente regada, mas corresponde apenas a 29% da sua SAU.
- Funchal rega 99% da sua área de culturas permanentes e 99,5% da sua área de culturas temporárias.
- No Cadaval cerca de 99% da superfície regada corresponde a culturas permanentes.
- Coruche é responsável por 3,4% da superfície regada de culturas temporárias do país e Ferreira do Alentejo é responsável por 7% da superfície regada de culturas permanentes.
- Golegã tem a maior área regada de milho do país (3 540 ha).
- Chaves tem a maior área regada de batata do país (900 ha) e o Cartaxo a maior área regada de hortícolas (2 476 ha).
- Alcobaça tem a maior área regada de frutos frescos do país (2 116 ha) e Silves a maior área regada de citrinos (1 220 ha).
- Ferreira do Alentejo tem a maior área de olival regado do país (8 742 ha) e Reguengos de Monsaraz a maior área de vinha regada.
- Coruche é o município do país com o maior consumo de água de rega, cerca de 2,8% do total nacional.